



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO - UFRPE
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS - DECISO
BACHARELADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

JOÃO MARCELO DE FARIAS ROCHA ÁVILA

**IMPERIALISMO ESTADUNIDENSE E DEPENDÊNCIA LATINO-AMERICANA: O
CICLO DE DITADURAS EMPRESARIAIS-MILITARES A PARTIR DAS
EXPERIÊNCIAS BRASILEIRA E CHILENA**

Recife
2023

JOÃO MARCELO DE FARIAS ROCHA ÁVILA

**IMPERIALISMO ESTADUNIDENSE E DEPENDÊNCIA LATINO-AMERICANA: O
CICLO DE DITADURAS EMPRESARIAIS-MILITARES A PARTIR DAS
EXPERIÊNCIAS BRASILEIRA E CHILENA**

Monografia apresentada por João Marcelo de Farias Rocha Ávila ao Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais.

Orientador: José Carlos Gomes Marçal Filho

Recife

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal Rural de Pernambuco
Sistema Integrado de Bibliotecas
Gerada automaticamente, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- A958i Ávila, João Marcelo de Farias Rocha
 Imperialismo estadunidense e dependência latino-americana: o ciclo de ditaduras empresariais-militares a partir das experiências brasileira e chilena / João Marcelo de Farias Rocha Ávila. - 2023.
 59 f. : il.
- Orientador: Jose Carlos Gomes Marcal Filho.
 Inclui referências.
- Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Bacharelado em Ciências Sociais, Recife, 2023.
1. América Latina. 2. Imperialismo. 3. Estados Unidos. 4. Dependência. 5. Ditaduras empresariais-militares. I. Filho, Jose Carlos Gomes Marcal, orient. II. Título

**IMPERIALISMO ESTADUNIDENSE E DEPENDÊNCIA LATINO-AMERICANA: O
CICLO DE DITADURAS EMPRESARIAIS-MILITARES A PARTIR DAS
EXPERIÊNCIAS BRASILEIRA E CHILENA**

Monografia aprovada em 25/04/2023, como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Sociais, pela Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE, por todos os membros da Banca Examinadora.

BANCA EXAMINADORA

_____ Nota: 10,00 (Dez)
Prof. Dr. José Carlos Gomes Marçal Filho, DECISO/UFRPE - (Orientador)

_____ Nota: 10,00 (Dez)
Prof. Dr. Fábio Bezerra de Farias, DECISO/UFRPE - (1ª Examinador)

_____ Nota: 10,00 (Dez)
Prof. Dr. Maurício Sardá de Faria, DECISO/UFRPE - (2ª Examinador)

DEDICATÓRIA

Àqueles que não havendo existido, não existiria eu. Pais, avós, bisavós, e daí para trás em diante. A todos agradeço. E especialmente a meus tios, primas, primos, tios-avôs e tias-avós, que me inspiram, não sendo mais nem menos do que precisamente são. Também não menos aos amigos mais próximos, que, nos últimos anos, mais próximos tendo estado, puderam ser companhias indispensavelmente agradáveis.

Ao meu orientador, prof. Marçal, sem cuja orientação esta monografia seria menos rica. À própria Universidade Federal Rural de Pernambuco, pelo ambiente propício, pelos professores atenciosos e pelo restaurante substancioso.

Por fim, à minha cidade, Recife, que atravesso tanto quanto vem me atravessando ela a mim. Ao meu país, Pernambuco, que me justifica e perpetuamente me concebe. Ao Nordeste, que nunca me deixou de dignificar. Ao nosso continente, latino-americano, onde me descobri mais recifense, mais pernambucano, mais nordestino, e que sem pernas, mas com nossos pés, persiste a caminhar.

Este trabalho, fortuitamente defendido em um 25 de abril, é, antes de tudo, penso eu, um trabalho memorialístico.

“Dezenove anos havia vivido como quem sonha: olhava sem ver; ouvia sem ouvir; esquecia-se de tudo, de quase tudo. Ao cair, perdeu o conhecimento; quando o recobrou, o presente era quase intolerável de tão rico e tão nítido, e também as lembranças mais antigas e mais triviais” (Jorge Luis Borges, Funes o memorioso, 7 de junho de 1942).

“ - Não peça nada a ele. Exige o que é nosso. O que ele tinha de ter me dado e não me deu nunca... O esquecimento em que nos deixou, filho, você deve cobrar caro” (Juan Rulfo, Pedro Páramo, 1955).

RESUMO

O presente trabalho tem por finalidade investigar a correlação entre o imperialismo estadunidense, a dependência latino-americana e o ciclo de ditaduras empresariais-militares do Cone Sul (1954-1990). Nossa hipótese é a de que o ciclo de ditaduras na sub-região do continente americano serviu para aprofundar as condições de dependência dos países latino-americanos em questão, Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai, e ampliar o escopo de ação do imperialismo e de seu maior representante, os Estados Unidos. Para tanto, partimos dos pressupostos conceituais da teoria da dependência. Inicialmente apresentamos o processo de formação histórico-estrutural da América Latina e seu estabelecimento e consolidação enquanto periferia do sistema capitalista mundial. Analisamos o surgimento e expansão da manifestação do imperialismo estadunidense sobre o continente americano. Tratamos, ainda, da reconfiguração da divisão internacional do trabalho pós-Segunda Guerra Mundial, a fim de constatar o novo caráter do capitalismo dependente que ela acarreta. Em seguida, tomamos como estudo de caso dois dos processos de instauração de ditaduras empresariais-militares do referido ciclo, o do Brasil, em 1964, e do Chile, em 1973. Perscrutamos o peso decisivo do imperialismo estadunidense, através de numerosas fontes documentais, aliado às burguesias nacionais, no fomento e condução dos golpes brasileiro e chileno. Enfim, observamos os efeitos político-econômicos que os regimes de exceção brasileiro e chileno acarretaram, como a desnacionalização de capitais nacionais, penetração massiva de capitais estrangeiros e repressão militar-policial. Tais efeitos serviram em favor dos interesses das burguesias dependentes nacionais e centrais imperialistas, demonstrativamente beneficiárias de todo o processo. Constatamos, assim, por meio das experiências brasileira e chilena, que o ciclo de ditaduras empresariais-militares vivido no Cone Sul adquiriu conteúdo fascista, na persecução de barrar a crescente força do movimento popular e aprofundar a dependência histórica latino-americana, ao tempo que fazendo ampliar as margens de ação do imperialismo estadunidense sobre o continente.

Palavras-chave: América Latina; Imperialismo; Estados Unidos; Dependência; Ditaduras empresariais-militares;

ABSTRACT

The present work aims to investigate the correlation between United-Statesian imperialism, latin-american dependence and the Southern Cone's entrepreneurial-military dictatorships cycle (1954-1990). Our hypothesis is that the dictatorships cycle on the subregion of the American continent has served to deepen dependence's conditions of implicated latin-american countries, Argentina, Bolivia, Brazil, Chile, Paraguay, Uruguay, and broaden imperialism's and its greatest agent, the United States, scope of action. Thereto, we introduce the conceptual presuppositions of the dependence theory. Initially we present Latin America's historical-estructural formation process and its establishment and consolidation as periphery of the world capitalist system. We analyze United-Statesian imperialism's manifestation's emergence and expansion throughout the American continent. We address, even, of international division of labour's reconfiguration post-World War II, to ascertain dependent capitalism's new character that it entails. Forwardly, we take as study cases two of the processes of instauration of entrepreneurial-military dictatorships of said cycle, that of Brazil, in 1964, and that of Chile, in 1973. We peer into United-Statesian imperialism's decisive weight, through numerous factual sources, allied to the national bourgeoisies, in the fomentation and conduction of Brazilian and Chilean coups. Ultimately, we observe the political-economic effects that the Brazilian and Chilean states of exception brought about, such as denationalization of national capitals, massive penetration of foreign capitals and military-police repression. Such effects have served in favor of national dependent and central imperialist bourgeoisies' interests, demonstratively beneficiaries of the whole process. We verify, thereby, taking by example Brazilian and Chilean experiences, that the entrepreneurial-military dictatorships cycle occurred in the Southern Cone had acquired a fascist content, in the persecution of barring popular movement's growing strength and deepen latin-american historical dependence, at the same time enlarging United-Statesian imperialism's margins of action over the continent.

Keywords: Latin America; Imperialism; United States; Dependence; Entrepreneurial-military dictatorships;

LISTA DE SIGLAS

AI	Ato Institucional
PCB	Partido Comunista Brasileiro
CGT	Comando Geral dos Trabalhadores
CIA	Agência Central de Inteligência
CIE	Centro de Inteligência do Exército
CNV	Comissão Nacional da Verdade
DINA	Direção de Inteligência Nacional
DOI-CODI	Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna
DSN	Doutrina de Segurança Nacional
EUA	Estados Unidos da América
FMP	Frente de Mobilização Popular
FMI	Fundo Monetário Internacional
IBAD	Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IPES	Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
NSA	National Security Archive
NSC	Conselho de Segurança Nacional
PCCh	Partido Comunista do Chile
PS	Partido Socialista
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
SNI	Serviço Nacional de Informações
UDN	União Democrática Nacional
UNE	União Nacional dos Estudantes
UP	Unidade Popular

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1 BREVE RESUMO DA FORMAÇÃO HISTÓRICA DO CONTINENTE.....	15
1.1 Das invasões às independências.....	15
1.2 Desenvolvimento e dependência.....	17
1.3 Imperialismo e expansão estadunidenses.....	19
1.4 Guerra Fria e Operação Condor.....	22
2 ANTECEDENTES DOS GOLPES.....	26
2.1 O caso do Brasil.....	26
2.2 O caso do Chile.....	35
3 OS FUZIS.....	42
3.1 A ditadura brasileira.....	42
3.2 A ditadura chilena.....	46
3.3 Fascismo, a margem possível.....	48
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	54
REFERÊNCIAS.....	58

INTRODUÇÃO

O ciclo de ditaduras empresariais-militares do Cone Sul se constitui enquanto o período em que os países da região foram tomados por uma onda de golpes de Estado, a iniciar com o do Paraguai em 1954. Os regimes ditatoriais que os golpes engendraram visavam confessamente combater supostos terrorismo e subversão nacionais.

Vieram-se a somar à coordenada campanha de repressão os governos das ditaduras empresariais-militares do Brasil, Bolívia, Uruguai, Chile e Argentina, nas décadas de 1960 e 1970. Os golpes, e os regimes por eles instalados, tendo sido não só respaldados como auxiliados diretamente pelos Estados Unidos da América (EUA), se encaixam no contexto global da Guerra Fria. Portanto, o bloco dos países sul-americanos constituído de governos ditatoriais ideologicamente afins, de forte orientação anti-comunista, via com crescente perigo a influência da União Soviética sobre o hemisfério ocidental e temia o avance, através do continente, de guerrilhas marxistas e de revoluções socialistas ao molde da Revolução Cubana, deflagrada em 1959. À persecução dos objetivos do bloco, foi montado

um sistema secreto de informações e ações [...] por meio do qual Estados militarizados do continente americano (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai) compartilharam dados de inteligência e realizaram operações extraterritoriais de sequestro, tortura, execução e desaparecimento forçado de opositores políticos exilados (BRASIL, 2014, v. 1, p. 220).

Dentro desse contexto, o papel ativo, de intervenção, que os EUA tomou, enquanto provedor de apoio financeiro, logístico, militar, político e de inteligência aos regimes militares sul-americanos, foi de crucial importância à coordenação geral da aliança formada, denominada formalmente de Operação Condor, entre as ditaduras, que agiam comprometidas aos ditames militares estadunidenses, por meio da Doutrina de Segurança Nacional (DSN). A DSN estipulava e orientava as forças armadas dos países sul-americanos a seguirem determinados padrões comuns de ação política e militar alinhados, e na prática facilitadores, dos interesses dos EUA na região.

Ainda, a extensão do apoio dado pelo país norte-americano foi tal que é possível afirmar que sem a sua ajuda prestada, “[...] nenhum país da região teria tido condições para organizar e operar sozinho o avançado sistema de comunicações montado para a Operação Condor” (BRASIL, 2014, v. 1, p. 222). Entre os documentos existentes que comprovam a efetiva participação dos EUA no ciclo de ditaduras sul-americanas, enquanto coordenadores e apoiadores, estão centenas de milhares de documentos produzidos tanto pelos governos dessas

mesmas ditaduras, quanto por órgãos governamentais estadunidenses, como a Agência Central de Inteligência (CIA) e o Conselho de Segurança Nacional (NSC).

Muitos desses documentos, à época de sua feitura sigilosos, estão hoje desclassificados, parcial ou integralmente, e portanto disponíveis, e podem ser encontrados nos sites dos respectivos órgãos governamentais que os produziram, bem como em relatórios compilados, por exemplo, pela Comissão Nacional da Verdade (CNV) do Brasil e pelo National Security Archive (NSA) dos EUA.

Visto o patente envolvimento dos EUA, no sentido da coordenação e auxílio, como espécie de país mentor e chefe, do ciclo ditatorial sul-americano, em que abundam as ações por parte do país norte-americano no que tange à interferência política nos países nos quais se haviam instaurado ditaduras empresariais-militares, é de se especular os interesses profundos do imperialismo estadunidense em tal movimento regional. Theotônio dos Santos afirmou, no que diz respeito à ditadura brasileira, que ela iniciou “um processo de forte integração da nossa economia com a economia capitalista mundial, particularmente com os Estados Unidos” (DOS SANTOS, 2011, p. 3, tradução nossa)¹. Essa mesma frase poderia ser afirmada com relação às outras ditaduras do Cone Sul vigentes nas décadas de 1960, 1970 e 1980.

Dessa forma, considerando a relação dos EUA com os países sul-americanos em questão, e entendido o ciclo ditatorial enquanto uma campanha político-econômica e militar integrada e conjunta de uma sub-região do continente dentro de um contexto histórico específico do desenvolvimento do capitalismo mundial, e tendo em vista a vigência e força do imperialismo estadunidense para impor seus desígnios por meio dos governos do ciclo das ditaduras empresariais-militares da época, chegamos à pergunta seguinte: **De que maneira é possível analisar a relação do interesse imperialista, contido na coordenação da aliança regional, por parte dos EUA, com a dependência de tais países?**

A hipótese levantada é a de que o interesse do imperialismo estadunidense no ciclo das ditaduras se coaduna largamente à condição de dependência dos países do Cone Sul na medida em que serviu tal ciclo, à época, como abertura de uma fase renovada da dependência, de forma de preservá-la e aprofundá-la, uma vez que historicamente já se encontravam inseridos na periferia do sistema capitalista mundial os países sul-americanos em questão.

Nosso objetivo geral neste Trabalho de Conclusão de Curso, assim, consiste em analisar o processo mais agudo de dominação imperialista, perpetrado pelos golpes militares, e a condição fortalecida de dependência, pelo imperialismo engendradora, dos países do Cone

¹ No original: “...un proceso de fuerte integración de nuestra economía con la economía capitalista mundial, particularmente con Estados Unidos”.

Sul. Como objetivos específicos, observaremos, estudaremos e analisaremos as ações e as motivações de agentes políticos importantes envolvidos em dois dos mais significativos dos seis processos de instauração de ditaduras empresariais-militares constituintes do ciclo evidenciado, sempre com o auxílio dos documentos desclassificados que muitas vezes desvelam camadas de significados das motivações e propósitos últimos que frequentemente passam despercebidos ou são ignorados.

Como forma de se chegar aos objetivos pretendidos, o trabalho será conduzido a partir do estudo de caso de duas experiências particulares, a do Brasil e a do Chile, a partir do método bibliográfico e da análise documental, como meio de investigação, com utilização de fontes secundárias. Serão apreciados, igualmente, para a análise documental, como instrumentos de coleta de dados governamentais acerca dos interesses do estudo: livros e sites com bases e bancos de dados importantes e relevantes à pesquisa, a exemplo dos sites do NSA e da CIA, entre outros, que possuem material publicizado, entre os quais memorandos, lembretes, relatórios, telegramas, minutas, boletins, informativos, correspondências, transcrições de depoimentos, declarações, entrevistas e conversas de ministros, conselheiros, embaixadores e correlatos, durante os anos em que perdurou o ciclo de dependência das ditaduras, da parte de ministérios, órgãos governamentais, embaixadas, departamentos de Estado e de polícia, serviços de inteligência e afins.

O trabalho se encontra estruturado em três capítulos. O primeiro busca trazer um breve panorama inicial da formação histórico-estrutural da América Latina, das colonizações europeias aos processos de independência, na primeira seção, com o objetivo incontornável de explicitar as estruturas econômicas condicionantes, as instituições políticas primordiais e as configurações sociais precedentes, estruturas, instituições e configurações tais que advieram da inserção da região ao chamado sistema-mundo, que concorreram e afluíram sobre os desenvolvimentos históricos latino-americanos mais contemporâneos. Na seção seguinte do primeiro capítulo se levantará o debate sobre as noções de desenvolvimento e subdesenvolvimento na América Latina, conjuntamente à arregimentação, ao nosso esforço de pesquisa, das teorias da dependência, sendo esta entendida fundamentalmente enquanto “uma situação na qual certo grupo de países tem sua economia condicionada pelo desenvolvimento e expansão de outra economia à qual se encontra submetida” (BAMBIRRA, 2019, p. 38).

Nas últimas duas seções do capítulo inicial, apresentaremos, primeiramente, uma síntese das formas de dominação imperialista sentida pelos países latino-americanos recém-independentizados, a partir das primeiras décadas do século XIX, buscando

compreender, ao mesmo tempo, o peso e a relevância da noção de imperialismo², enquanto categoria analítica, entendido enquanto “a expressão política do processo de acumulação do capital” (LUXEMBURGO, 1970, p. 392), para captarmos, o mais acuradamente possível, os efeitos e consequências, em todos os graus, instâncias e níveis, sobre a vida das populações a ele submetidas. Segundamente, um curto apanhado histórico das manifestações primeiras, do seu gradual avanço à sua multiplicação e finalmente domínio e hegemonia, do imperialismo estadunidense, e das ideologias particulares que o compõem, movem, orientam e justificam, sobre a América Latina será feito no intuito imprescindível de apresentar o quadro geral da região imediatamente anterior à ocorrência do ciclo das ditaduras.

No segundo capítulo, passaremos então à investigação de dois processos de instauração de ditaduras concernentes ao ciclo, dois casos nacionais dos seis principais que o constituem. São eles o do Brasil e o do Chile. Escolha não casual ou fortuita, por se tratarem do que Bambirra (2019, p. 58-60), no seu estudo sobre o capitalismo dependente latino-americano, chama de países do tipo A, isto é, ‘países com início antigo de industrialização’. Dos outros quatro que compõem essa tipologia, ainda dois, Argentina e Uruguai, se inserem no contexto do ciclo da dependência das ditaduras. Os dois restantes da tipologia, Colômbia e México, constituem casos à parte³.

Os restantes países ligados ao ciclo ditatorial se encontram categorizados em duas outras tipologias. A Bolívia, junto ao Peru, Venezuela e Equador, está inserida no que a autora chama de países do tipo B, “cuja industrialização foi produto da integração monopólica”. Já o Paraguai, nos do tipo C, “com estrutura agrário-exportadora sem diversificação industrial”. A importância dessa classificação qualitativa, e por conseguinte a escolha dos casos brasileiro e chileno, se demonstra em que, após o final da Segunda Guerra Mundial (1939-45), com os EUA consolidados plenamente enquanto herdeiros hegemônicos do projeto capitalista mundial, o imperialismo entra em uma nova fase, que se define pelo “amplo desenvolvimento da concentração, conglomeração, centralização e internacionalização do grande capital monopólico” (DOS SANTOS, 2011, p. 7, tradução nossa)⁴. A dependência, imposta pelo imperialismo, de que padecem os países periféricos, dessa maneira, também sofre alteração de caráter. A industrialização, sem negar o peso da questão agrária e mineira, ganha, assim, novo

² A tese de que “o capitalismo histórico sempre foi imperialista, no sentido de que levou a uma polarização entre centros e periferias desde sua origem (século XVI), que apenas aumentou ao longo de seu desenvolvimento globalizado posterior” (AMIN, 2020, p. 159) enquanto categoria histórica também nos parece adequada.

³ Pela distância geográfica, fora dos limites do Cone Sul, e por particularidades históricas próprias, que não exigiram as mesmas fórmulas para o aprofundamento das suas dependências. Portanto não se conformam, Colômbia e México, no que se considera o ciclo de ditaduras empresariais-militares que nos interessa.

⁴ No original: “[...] el amplio desarrollo de la concentración, conglomeración, centralización e internacionalización del gran capital monopólico”.

relevo como fator de inestimável valia para o estudo do que caracterizou, intimamente, à América Latina, o ciclo de ditaduras do Cone Sul. Nesse sentido é que “o caso brasileiro” configura, quando da consumação do golpe em 1964, “o presságio de novos acontecimentos que indicariam a existência de uma *tendência histórica*” (DOS SANTOS, 2018, p. 80, grifo nosso). Não à toa, não demorou a tardar a vinda dos golpes na Bolívia, em 1971, no Uruguai, em 1973, no Chile, menos de três meses depois do no Uruguai, finalmente na Argentina, em 1966 e novamente em 1976.⁵ A escolha do Chile, para além de ser forte condicionante o fator agrário e mineiro, básico e essencial na análise de qualquer país latino-americano, se deveu eminentemente ao nível, significativo e expressivo, de radicalização e extremismo que o processo veio a tomar.

Por fim, no capítulo final, teremos a exposição de ações e medidas político-econômicas que tomaram os governos ditatoriais do Brasil e do Chile e que comprovadamente acentuaram o grau de dependência de seus países, e, conseqüentemente, do Cone Sul, aumentando também, portanto, neste período, aqui referido, estudado e analisado, o domínio do imperialismo estadunidense sobre a América Latina, “a região das veias abertas” (GALEANO, 2019, p. 18).

⁵ Peru, em 1968 e 1975, e Equador, em 1972, confirmando a tendência histórica, sofreram golpes de Estado que instalaram ditaduras empresariais-militares, e aprofundaram ainda mais a dependência no continente.

1 BREVE RESUMO DA FORMAÇÃO HISTÓRICA DO CONTINENTE

1.1 Das invasões às independências

A invenção da América, como inovadoramente conceituou O’Gorman, cuja gênese mais visível é o desembarque de Cristóvão Colombo, a 12 de outubro de 1492, às margens de uma desconhecida ilha das atuais Bahamas, foi o fato histórico que permitiu desencadear os fatos subsequentes, diretos e colaterais,

como a exploração, a conquista e a colonização da América; o estabelecimento de regimes coloniais em toda a diversidade e complexidade de suas estruturas e de suas manifestações, a paulatina formação das nacionalidades; os movimentos em prol da independência política e da autonomia econômica; numa palavra, a grande soma total da história americana, latina e saxônica (O’GORMAN, 1992, p. 67).

A seguir à primeira viagem de Colombo, sucederam-se outras várias, e “o Caribe”, e por consequência a América, “começou a se tornar fronteira imperial”, como definiu o historiador Juan Bosch, quando da “[...] primeira expedição conquistadora, que correspondeu à segunda viagem de Colombo” (BOSCH, 2007, p. 21, tradução nossa)⁶. Ao longo do findar do século XV e durante todo o século XVI, o Império Espanhol, de início, e logo imediatamente os impérios português, francês, holandês e inglês, para ficarmos nos de maior monta, lançou expedições com o intuito de invadir e conquistar terras e territórios, e submeter e subjugar os diversos povos e civilizações que sobre estas mesmas terras e territórios viviam.

O expansionismo imperial e seu anverso indispensável, a chamada empresa colonial, foram resultado ou consequência lógica e factível do processo de surgimento do capitalismo histórico, na Europa, onde a acumulação de capital atingiu um tal nível que necessitou escoar, vazar, verter-se, desaguar seu fluxo, expandindo-se a áreas ainda não dominadas pelo capital. Não coincidentemente, dos maiores financiadores, direta ou indiretamente, da expansão marítima do mercantilismo, isto é, das grandes navegações, houve mercadores e banqueiros principalmente flamengos, como os Schetz, genoveses, como os Spinola e os Grimaldi, florentinos, como os Médici, e bávaros, como os Welser e os Fugger, provenientes, como se vê, dos centros econômicos mais poderosos e influentes da Europa. Todos os quais foram fundamentais “para implantar e fortalecer um vasto sistema de crédito em toda a Europa”,

⁶ No original: “El Caribe comenzó a ser frontera imperial [...] primera expedición conquistadora, que correspondió al segundo viaje de Colón”.

além de terem sido “os financiadores dos papas, dos cardeais, dos grandes e pequenos senhores eclesiásticos, dos imperadores, dos reis e dos príncipes” (SCHORER, 1957, p. 278).

Conseqüentemente, os empreendimentos coloniais resultantes das sucessivas invasões e conquistas europeias, e suas conseqüências factuais, a abertura e expansão das rotas comerciais transatlânticas, o comércio renovado de especiarias, a exploração e exportação de matérias-primas e recursos naturais das colônias, contribuíram no sentido de fazer auferir lucros e acumular riquezas e capitais não apenas às monarquias europeias, diretamente envolvidas, uma vez que no mando dos Estados, nos processos de conquista, e suas nobrezas de si concomitantemente dependentes e sustentáculos, como também aos agentes e fomentadores diretos do capitalismo comercial e histórico, os bancos e casas comerciais europeias.

Ao passar dos séculos seguintes, XVI, XVII e XVIII, com a expulsão, massacre ou domínio dos povos indígenas litorâneos e posteriormente interioranos do Brasil, com a conquista e derrubada do Império Mexicano, com a conquista e queda do Tahuantinsuyo, com a conquista e ruína da civilização Maia, para citarmos apenas poucos casos, foram instalados na América Latina regimes coloniais, dos quais os mais destacados em extensão, construídos sobre os territórios dos povos, impérios e civilizações citados, além de tantos outros, foram o Vice-Reinado do Brasil, o Vice-Reino da Nova Espanha, o Vice-Reino do Peru, o Vice-Reino de Nova Granada e o Vice-Reino do Rio da Prata.

A riqueza da América Latina, seja em seus recursos naturais, como o pau-brasil das costas brasileiras e o tabaco das Antilhas, seja em seus metais preciosos, como o ouro de Tehuantepec e Vila Rica, a prata de Potosí e Zacatecas e o mercúrio de Huancavelica, seja no cultivo agrário e na criação pecuária, como as plantações de cana-de-açúcar e as fazendas de gado do Nordeste brasileiro, e as culturas do algodão, no Maranhão, do café em São Paulo ou de cacau na Venezuela, em suma, a riqueza toda produzida pela colonização, no seu montante, necessitou da transplantação, criação e exportação de instituições e capitais europeus, a exemplo da *encomienda* e do *repartimiento*, que extraíam um excedente dos indígenas, por meio de impostos trabalhos forçados, da Audiência Real, das casas comerciais monopolistas, como a Casa da Índia, a Casa de Contratação das Índias e a Companhia Holandesa das Índias Ocidentais, da escravidão, indígena e africana, por fim, da propriedade privada da terra, seja em forma de capitania hereditária, *haciendas*, *estancias*, sesmarias ou latifúndios, todos instrumentos que facilitassem a obtenção dessa riqueza e fizessem fluir seu fluxo às metrópoles europeias que subjugavam as colônias de onde tais riquezas provinham.

A partir de princípios do século XIX, com a formação de nacionalismos por parte das oligarquias locais, cada vez mais buscando se distanciar do poder metropolitano, e a pululação de movimentos e revoltas populares, os países latino-americanos foram adquirindo sua independência política formal. O Haiti, na culminância da revolução iniciada em 1791, foi o primeiro país a se declarar independente, em 1804. O último foi Cuba em 1898. Como veremos, no entanto, as estruturas da dependência engendrada em três séculos perduraram, no seu essencial. Como temos visto, a riqueza produzida em terras latino-americanas, “estimularam o desenvolvimento europeu e até pode se dizer que o tornaram possível”, e, ainda assim, essa “formidável contribuição da América [Latina] para o progresso alheio” (GALEANO, 2019, p. 43) foi persistindo.

1.2 Desenvolvimento e dependência

As estruturas econômicas dos países capitalistas periféricos, em que pese a independência política por eles declarada, perseveraram. E estas nasceram e foram condicionadas “pela situação de dependência em relação aos centros hegemônicos” (BAMBIRRA, 2019, p. 74) do capitalismo. Essa dicotomia produtiva, que se espraiava em dicotomias sociais e políticas, entre centros e periferias é produzida no capitalismo a partir da troca desigual, em que “parte do lucro total (ou do excedente) produzido numa área transfere-se [...] para outra” (WALLERSTEIN, 2001, p. 30). Como exemplo, à coroa portuguesa, “durante as primeiras décadas do século XVI, os rendimentos do comércio colonial representaram 65-70 por cento da renda total do Estado” (BETHELL, 2018, p. 449). No México, “*estimou-se em cinco bilhões de dólares atuais a magnitude do excedente econômico evadido [...] entre 1760 e 1809, apenas meio século, através das exportações de prata e ouro*” (GALEANO, 2019, p. 59, grifo do autor). São dois casos apenas que servem para dimensionar o que ocorria, igualmente, nas outras colônias.

O fluxo econômico da economia latino-americana sempre esteve direcionado, assim, ao exterior, a partir, principalmente, do seu setor exportador. Assim foi que aqui se engendraram “formações econômico-sociais cujos modos de articulação se caracterizam pela precariedade e a inconsistência extrema da estrutura global resultante” (QUIJANO, 2020, p. 156, tradução nossa)⁷. A posição que veio ao longo dos séculos, tomando a América Latina no sistema capitalista mundial, i. e., a modalidade de sua inserção na divisão internacional do

⁷ No original: “formaciones económico-sociales cuyos modos de articulación se caracterizan por la precariedad y la inconsistencia extrema de la estructura global resultante”.

trabalho, portanto, pode ser definitivamente definida como “periférica, subordinada e dependente” (BAMBIRRA, 2019, p. 79).

Não obstante, o dito atraso latino-americano, ou, como também já foi chamado, subdesenvolvimento, foi por muito tempo entendido como desvinculado do processo do desenvolvimento dos países ricos, ou desenvolvidos, ou de primeiro mundo, os países capitalistas centrais, hegemônicos. Isso porque a dependência dos países pobres era incompreendida e, por consequência, “o atraso dos países subdesenvolvidos era explicado pelos obstáculos que neles existiam ao seu pleno desenvolvimento ou modernização” (DOS SANTOS, 2023, p. 15). Quando, em realidade, o seu subdesenvolvimento crônico é resultado e produto do desenvolvimento forâneo, do desenvolvimento, no seu âmago, do próprio capitalismo, historicamente, da sua fundação, nos seus primórdios, à sua expansão e consolidação, e não, como se supôs por tempos, uma anomalia de seu funcionamento, sempre comparada ao seu funcionamento estável dos países centrais, que poderia ser facilmente extinta com injeções de progresso, de imprecisas modernizações, de um vago desenvolvimento, de crescimento econômico ilimitado, de industrialização ampla e massiva. É assim que o subdesenvolvimento, leia-se, dependência, sempre foi a face mais áspera de um sistema que necessita e se rege na base da crescente polarização, do crescente agravamento do processo de “acumulação sem precedentes em um dos pólos do sistema”, o que, por sua vez, “supõe necessariamente a desacumulação, também sem precedentes, no outro extremo” (CUEVA, 2004, p. 13, tradução nossa)⁸.

Tamanho o peso histórico das estruturas consolidadas que, na era das independências latino-americanas, os países da região tenham permanecido subordinados economicamente ao poder imperialista central que se estabeleceu como hegemônico ao longo do século XIX, o Império Britânico. A Inglaterra, tendo-se tornado nesta fase histórica a grande fonte da qual fluíam as decisões econômicas sobre os rumos do capitalismo mundial, enxergou nos processos de independência uma oportunidade de impor aos países da América Latina a ordem capitalista e as doutrinas liberal e livre-cambista, que desejavam para eles, isto é, uma continuidade, sob outras formações, da dependência estrutural latino-americana. “*O livre-comércio enriquecia os portos que viviam da exportação [...], e arruinava as incipientes manufaturas locais*” (GALEANO, 2019, p. 233, grifo do autor). Exemplos factuais disso são a abertura quase irrestrita dos portos, e o controle destes, e do comércio latino-americanos, agora voltado e dirigido quase em sua unanimidade ao Império Britânico. Na busca da

⁸ No original: “acumulación sin precedentes en uno de los polos del sistema, supone necesariamente la desacumulación, también sin precedentes, en el otro extremo”.

facilitação desse processo, com os vultosos empréstimos e a profícua instalação de ferrovias, impulsionada e financiada por capitais ingleses, “o capital metropolitano amplia consideravelmente o seu raio de ação, que lhe permite captar novos excedentes pelos mais diversos métodos” (CUEVA, 2004, p. 28-29, tradução nossa)⁹.

O papel das oligarquias nacionais, sejam mineiras, latifundiárias ou comerciais, após as independências, neste processo e nova etapa histórica, foi o de reproduzir a antiga ordem, “[...] conservando-se as velhas estruturas, sob um controle mais direto de interesses ingleses” (FURTADO, 2007, p. 84), advinda do pacto colonial, de uma economia de exportação. Dessa maneira “*os interesses econômicos e políticos da burguesia [...] nunca coincidia com a necessidade de um desenvolvimento econômico para dentro*” (GALEANO, 2019, p. 268, grifo do autor).

Por praticamente cem anos, a imposição do livre-comércio pela Inglaterra e a subserviência e acatamento das classes dominantes latino-americanas, dominantes internamente, dominadas externamente, ao centro capitalista impediu a formação de capitais industriais, da própria industrialização e de um mercado interno plenamente desenvolvido nos países do continente.

Mesmo quando houve uma janela histórica possível e um princípio de industrialização e formação de capital industrial começaram a ser engendrados nos países latino-americanos, esta industrialização e formação de capital industrial esteve ligada intimamente aos setores oligárquicos exportadores, mantendo-se constante, portanto, a dependência. Do final do século XIX ao começo do XX, temos, assim, não obstante as independências políticas formais, a passagem, na América Latina, de “*uma formação socioeconômica dependente colonial-exportadora para uma formação socioeconômica dependente capitalista-exportadora*” (BAMBIRRA, 2019, p. 78, grifo do autor), baseada, sendo assim, em uma economia de exportação, na monocultura e na grande propriedade de terra.

1.3 Imperialismo e expansão estadunidenses

Enquanto os países latino-americanos se especializaram, ao longo dos séculos, na dinâmica geopolítica e econômica internacional, em servirem de periferia do sistema-mundo capitalista, a maior colônia inglesa da América, os EUA, lenta mas firmemente, foram se estabelecendo como herdeiros do projeto civilizacional do ocidente, e introjetaram, no âmago de sua nascente nação, o ethos imperialista dos seus colonizadores, a Inglaterra.

⁹ No original: “el capital metropolitano amplía considerablemente su radio de acción, que le permite captar nuevos excedentes por los más diversos métodos”.

A partir da Revolução Americana (1776) e da independência declarada pelas treze colônias, os EUA cresciam como potência industrial e se consolidavam mais e mais “como um sistema economicamente autônomo, que não drenava para fora a riqueza gerada em seu seio” (GALEANO, 2019, p. 180). Em suma, os EUA terem sido uma colônia de povoamento, e não de exploração, fê-los apresentar uma porosidade de vínculos com a metrópole que afetou e determinou profundamente o futuro e os rumos da nação norte-americana. As expressões ideológicas desse independentismo e chauvinismo exacerbado podem ser encontradas, concretamente, na Doutrina Monroe, “[...] segundo a qual qualquer tentativa [...] da Europa no sentido de estender seu sistema político a alguma porção do Hemisfério seria considerada perigosa para a paz e a segurança dos EUA” (BANDEIRA, 1998, p. 15) e na doutrina do destino manifesto e do excepcionalismo americano, que postulavam a América, entendida duplamente como país e continente, para os americanos, entendidos apenas como estadunidenses, e que, de fato, impulsionou a missão civilizatória, “[...] cuja mentalidade estava solidamente enraizada na cultura puritana” que os EUA impunha sobre si e o hemisfério, por conseguinte, a América Latina, nele estando, se afigurava, aos EUA, já enquanto “*a continuidade natural* do seu espaço econômico” (BANDEIRA, 1998, p. 24 e 38, grifo nosso).

A expansão territorial dos EUA, ou marcha para o oeste, começou cedo, nos inícios do século XIX, com a compra do estado da Louisiana, da França, e prosseguiu, na busca de terras e riquezas para a fundação de empreendimentos dos colonos, além de abertura de novos mercados, escoamento da produção e dos capitais do Norte industrial, corrida do ouro e do petróleo, à custa de extermínio de povos indígenas, roubo de terras através de guerras, operações e ocupações militares de conquista, invasões territoriais e afins.

Com mais da metade do território do México à época anexado por meio de uma ocupação militar (1846-1848), com a vitória do Norte na Guerra de Secessão, que “[...] possibilitou o reforçamento do poder central [...], que, triunfante, integrou o Sul agrícola e atrasado à sua economia industrial, eliminando, juntamente com a escravidão, as relações pré-capitalistas”, além de terem feito os EUA entrarem “[...] em nova fase de expansão, não só territorial como, sobretudo, econômica e política” (BANDEIRA, 1998, p. 24), e com a compra do Alasca do Império Russo, os EUA consolidaram-se enquanto potência hegemônica na América do Norte.

A fase seguinte da expansão estadunidense seria os territórios mais contíguos geograficamente aos EUA, isto é, os países do Caribe e da América Central. Os EUA se incomodavam gravemente com a presença do poder colonial, decadente, da Espanha sobre

diversos e importantes territórios e ilhas antilhanas. No mesmo ano da anexação do Havaí, as guerras pela independência de Cuba chegavam ao fim, apoiadas pelos EUA, “que tinham nessa ilha interesses diretos, [...] não [...] meramente econômicos, [...] igualmente estratégicos”. Como resultado da Guerra Hispano-Americana, tais interesses foram atingidos e “os EUA, ao assumirem o domínio sobre o espólio colonial [Cuba, Porto Rico, Guam e Filipinas] de Espanha, revelaram o caráter imperialista de sua política” (BANDEIRA, 1998, p. 28 e 34). A Espanha, mais de 400 anos após haver invadido as Américas, “abandonava [...] sua fronteira no Caribe e o lugar que ela deixava vazio passaria a ser ocupado por outro poder” (BOSCH, 2007, p. 520, tradução nossa)¹⁰, o dos EUA, que se estabeleciam enquanto a grande potência imperial do surgente século XX.

A seguir, vieram dezenas de invasões, intervenções e ocupações militares, em combinação com a política do Grande Porrete e da chamada diplomacia do dólar, que atrelaram e submeteram a economia e a política desses países aos EUA, e que avolumaram o conteúdo e a profundidade da sua dependência e do domínio imperialista sobre os países caribenhos e centro-americanos.

Cuba foi ocupada militarmente quatro vezes, permanecendo até 1933 nominalmente como um protetorado dos EUA, sob o signo da Emenda Platt. Os EUA fomentaram a separação do Panamá da Colômbia, e instalaram uma zona militar em torno do Canal do Panamá, que permaneceu sob seu controle durante 96 anos. Em Honduras foram oito intervenções militares, no mais das vezes para salvaguardar os interesses da United Fruit Company, a companhia bananeira estadunidense. Ainda houve prolongadas ocupações militares dos EUA na Nicarágua, no Haiti e na República Dominicana, sempre para garantir e “[...] para promover abertamente seu comércio e seus investimentos”, além de, como fica claro, “[...] manter a estabilidade dos governos, naturalmente aqueles pró-EUA (BANDEIRA, 1998, p. 41 e 44). São exemplos que revelam e demonstram como “[...] a estabilidade interna da primeira potência mundial se mostra intimamente ligada aos investimentos norte-americanos ao sul do Rio Bravo” (GALEANO, 2019, p. 181).

Com os países, na primeira metade do século XX, do Caribe e da América Central, essencialmente agrários, agora submetidos política e economicamente, os EUA garantiam cerca de metade do território americano sob o seu domínio imperialista. Nesse mesmo tempo, na América do Sul, alguns países, muitos de população e territórios expressivos, se encaminhavam, embora em passo muitas vezes vagaroso, à execução de um princípio de

¹⁰ No original: “abandonaba [...] su frontera del Caribe y el lugar que ella dejaba vacío pasaría a ser ocupado por otro poder”.

industrialização baseada na substituição de importações. Como essas incipientes burguesias industriais nacionais surgiram imbricadas às oligarquias rurais exportadoras, a dependência não sumiu e esteve, mesmo quando dos processos de tomada de controle do poder político pelas burguesias, atreladas ao imperialismo inglês. Os EUA, tendo isso em vista, e entendendo a América do Sul, após Caribe e América Central, como extensões inerentes de sua fronteira imperialista, agiu, no sentido de também torná-la, o que entendia como natural.

1.4 Guerra Fria e Operação Condor

Na primeira metade do século XX, nos países latino-americanos com início antigo de industrialização, as burguesias industriais realizaram “revoluções burguesas”, entendidas enquanto o processo que lhes permitiu tomar “[...] o controle hegemônico do poder [político], oferecendo um projeto próprio de desenvolvimento econômico-social” (BAMBIRRA, 2019, p. 81), em choque e contraste com as velhas oligarquias fundiárias, sem no entanto extingui-las ou erradicá-las.

Foram representantes desse processo de tomada do poder político os processos que culminaram nos governos de José Batlle y Ordóñez, no Uruguai, de Arturo Alessandri, no Chile, Lázaro Cárdenas, no México, de Getúlio Vargas, no Brasil e Juan Domingo Perón, na Argentina. Foram governos que, tendo “[...] as mesmas aspirações de independência econômica e desenvolvimento, as mesmas necessidades de mudança, em contraposição a poderosos interesses dos EUA, [...], na medida em que pujavam os da Grã-Bretanha” (BANDEIRA, 1998, p. 47), e tendo também sido marcados pela mescla e muitas vezes justaposição de ideologias diversas, que acabaram tomando o nome de seus principais agentes (getulismo, batllismo, peronismo, etc), com influências de setores organizados ligados ao nacionalismo, ao trabalhismo, ao desenvolvimentismo, do liberalismo e do fascismo, chegaram ao poder político com o ímpeto de acentuar a industrialização, sob o signo da modernização do país, o que significou, de fato, a expressão da “[...] consolidação dos interesses das respectivas burguesias industriais nacionais” (BAMBIRRA, 2019, p. 91).

Ao mesmo tempo que tais governos representavam os interesses da consolidada burguesia industrial latino-americana, as tendências populares mais avançadas à época, de origem proletária, que também o compunham, pressionavam, no sentido de fazerem-se levar em conta, por seus interesses. Foram, assim, importantes grupos de pressão que levaram a cabo a implantação de suas reivindicações, especialmente no campo trabalhista. Claro está, no entanto, que os próprios governos nacionais-desenvolvimentistas viam como necessário o atendimento das pautas populares, uma vez que “[...] para obstaculizar o avanço do

comunismo, necessário se tornava suprimir as causas, tais como a injustiça social e os privilégios, que o capitalismo engendrava” (BANDEIRA, 1998, p. 86). É também nesse sentido que o peronismo, o getulismo e afins são expressões as mais representativas de populismo, entendido enquanto “[...] a concepção ideológico-doutrinária que consistia em apresentar os interesses burgueses industriais misturados com os interesses de toda a nação e todo o povo”, promovendo o que se buscava afinal, i. e., “[...] a unidade de interesses para a realização da política de desenvolvimento capitalista nacional” (BAMBIRRA, 2019, p. 95).

Não obstante esses ciclos eventuais e curtos, fugazes, verdadeiros surtos de industrialização, desenvolvimento e modernização nacionais promovidos pelas burguesias locais latino-americanas, o peso histórico das estruturas dependentes se impunha com força e ímpeto, agora tendo o imperialismo como ponto de emanção, no pós-Segunda Guerra Mundial, os EUA, consolidados como centro mais destacado da hegemonia capitalista mundial. O capitalismo dependente, que entra em uma fase renovada a partir desse período, se caracteriza, na América Latina, como “[...] a possibilidade de controlar monopolicamente o mercado”, o que ao grande capital estrangeiro “permite a ampliação de seus lucros” (DOS SANTOS, 2018, p. 47), através da sua decisiva dominação.

Antagonizando, na Guerra Fria, com o campo socialista, liderado pela União Soviética, os EUA procuraram impor seu controle político sob o hemisfério e promover seus interesses comerciais, e, para tanto, “[...] obviamente não podiam admitir a continuidade ou estabelecimento de governos nacionalistas na América Latina” (BANDEIRA, 1998, p. 91). Não tardou, pois, a política imperialista a fazer seu efeito esperado. Em 1947, a CIA era criada, como órgão de Estado designado para assuntos estrangeiros e intervenções políticas dos EUA. Já em 1954, o golpe na Guatemala, que derrubou o breve governo nacional-desenvolvimentista de Jacobo Árbenz, teve sua participação decisiva. Assim como teve no golpe que levou o general Alfredo Stroessner ao poder, também em 1954, no Paraguai, iniciador e primeiro partícipe do ciclo de dependência das ditaduras.

Na América do Sul, onde evidentemente as tensões sociais e políticas não sumiram e continuavam a exprimir as contradições regionais das lutas de classes, tanto nas grandes cidades quanto nos campos, e, à medida que o conflito mundial entre socialismo e capitalismo se intensificava, os sul-americanos aumentavam sua percepção antiimperialista, a Bolívia promovia reforma agrária a partir da sua revolução de 1952¹¹, Cuba realizava a primeira revolução socialista do hemisfério, em 1959, grupos e guerrilhas armados defendiam a via

¹¹ Cf. Andrade, Everaldo de Oliveira. **A Revolução Boliviana**. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

armada para a revolução, partidos e sindicatos socialistas e comunistas conquistavam mais e mais adeptos, filiados e simpatizantes entre o povo.

Vistos o aumento da contestação popular antiimperialista e de projetos políticos socializantes, as burguesias locais sul-americanas, apoiadas pelas forças imperialistas centrais, entenderam como indispensável “[...] a instauração, por meio do estado de exceção, de uma guerra civil legal que permite a eliminação física [...] dos adversários políticos [...]” (AGAMBEN, 2004, p. 13). Assim foi que se deu a instalação de um ciclo, o qual se compôs de diversas ditaduras empresariais-militares na região, a iniciar com a do Paraguai, em 1954. Entre elas “[...] se coordenaram as forças repressivas do Cone Sul para ‘aniquilar a subversão’ [...]” (BORÓN, 2020, p. 95, tradução nossa)¹², e tinham como objetivo, como aqui se pretende demonstrar, preservar os interesses imediatos das burguesias nacionais, e os interesses de suas sócias maiores, as burguesias imperialistas.

A formalização das ditaduras sob o signo da dependência, sob o nome de Condor, ocorreu em 1975, auge do terror dos governos ditatoriais, quando sua aliança foi oficializada, em Santiago do Chile, por meio de um encontro, promovido pelo governo de Pinochet, em que estiveram presentes,

durante quase uma semana inteira, coronéis, majores e capitães de seis países [...] cujo trabalho consistia em derrotar aquilo a que se referiam por designações variadas, como *subversão*, *terrorismo* ou *comunismo internacional*. (DINGES, 2005, p. 31, grifo do autor)

Na ata produzida ao final da conferência¹³, bem como no documento inicial de orientação das atividades a serem conduzidas na conferência¹⁴, e assinada pelas delegações dos países presentes, instava-se à cooperação entre os respectivos serviços de inteligência nacionais no combate à subversão, também podendo encontrar-se “[...] referência sutilmente velada à esperada interação com a CIA e o FBI” (DINGES, 2005, p. 34) que esperavam ajudasse a fomentar esse combate. Os EUA logo se inteiraram da conferência ratificante do Condor, como fica demonstrado por um documento desclassificado da CIA¹⁵, e, realmente, operaram, no sentido de coordenar, sistematizar, estimular e auxiliar, por meio de seus órgãos governamentais de segurança nacional, a aliança regional das ditaduras empresariais-militares sul-americanas, que veio a estar sob os seus auspícios.

¹² No original: “[...] se coordinaron las fuerzas represivas del Cono Sur para ‘aniquilar la subversión’ [...]”

¹³ Documento disponível em:

<https://nsarchive.gwu.edu/document/16240-03-acta-de-clausura-de-la-primera-reunion>. Acesso em: 27/02/2023.

¹⁴ Arquivo CNV, 00092.001515/2013-78.

¹⁵ Arquivo CNV, 00092.003101/2014-64.

Certo está que, no entanto, os EUA já haviam agido no intuito da implantação dos regimes militares na Argentina, Bolívia, Paraguai, Uruguai, e Brasil e Chile, que serão os casos em que nos aprofundaremos, visto que apoiado haviam os golpes que deram início às respectivas ditaduras, além de darem, continuamente, extensivo suporte às mesmas. Porém, antes dos golpes de 1º de abril de 1964, no Brasil, e de 11 de setembro de 1973, no Chile, o ovo da serpente já estava sendo chocado.

2 ANTECEDENTES DOS GOLPES

2.1 O caso do Brasil

A história do golpe no Brasil não começa no dia de sua consumação, nem semanas antes, ou meses, ou anos. Antes de ser deposto por um golpe de Estado, em 1º de abril de 1964, João Goulart havia sido Ministro do Trabalho, por oito meses, durante o segundo governo de Getúlio Vargas (1951-1954), se alçando a um posto ministerial de importância marcante aos trabalhadores e grevistas e com eles, nesse período, travando intenso contato. João Goulart já havia traçado para si o caminho ao trabalhismo desde que fora eleito deputado estadual (1947-1951) e federal (1951-1955) pelo Rio Grande do Sul e chegara à presidência nacional do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), em 1952, partido fundado por Vargas em 1945 e que expressava os anseios de orientação trabalhista e com uma sólida base eleitoral de operários e sindicatos urbanos.

Os quinze anos de governo de Getúlio Vargas se caracterizaram, entre tantos e diversos desdobramentos econômicos, políticos e sociais, pela decadência do poder político da oligarquia cafeeira paulista, pela implantação de um governo nacional-desenvolvimentista, de união nacional, de tendências ideológicas mistas que fizeram, inclusive, avançar na questão da legislação do trabalho urbano, ao mesmo tempo que promovia a proibição de greves e a cooptação de sindicatos à máquina burocrática.

Também houve planos de modernização e industrialização - a criação de estatais como a Companhia Siderúrgica Nacional e a Vale do Rio Doce desvelam a necessidade que se enxergava por um desenvolvimento capitalista brasileiro autônomo -, e consequentes integração territorial e cultural levadas a cabo pelo Estado nacional e que deste exigiu uma política de força, cuja culminância se dá no autogolpe de Vargas, em 1937, para que fossem implementadas ditas modernização e industrialização e que beneficiaram a burguesia industrial voltada ao mercado interno e a uma acumulação de capitais nacional mais pujante no país durante o citado período.

Após o citado período, tendo sido Vargas derrubado por uma movimentação golpista, executada por seus ministros militares, que o forçou a renunciar, e promovida pela burguesia exportadora e pelas frações mais conservadoras das oligarquias, ganhou as eleições de 1945 Eurico Gaspar Dutra, que havia sido Ministro da Guerra (1936-1945) de Vargas, e cujo governo, de 1946 a 1951, representou e efetivou políticas ajustadas aos anseios dos EUA perante o Brasil no que concerne ao período imediatamente posterior ao final da Segunda

Guerra Mundial, marcado pelo intenso anticomunismo promovido pelo macarthismo e pela crescente preocupação com a influência do Bloco Socialista sobre a América Latina, pedras fundacionais da Doutrina Truman¹⁶, sendo dessa época a criação, inclusive, da Escola Superior de Guerra, órgão fundado aos moldes do National War College, dos EUA, e que promoveu a DSN. Assim sendo, o governo Dutra compôs

um governo [...] de união das classes dirigentes [...], que rompeu relação com a União Soviética, proscreveu o PCB [Partido Comunista Brasileiro] e cassou os mandatos dos seus parlamentares, alinhado politicamente com os EUA na campanha da Guerra Fria (BANDEIRA, 2010, p. 108).

Embora tivesse abandonado o conteúdo nacionalista que foi marca do Estado Novo - abandono que se verifica, por exemplo, ao constatarmos a concessão de Dutra “[...] à Bethlehem Steel, [...] os 40 milhões de toneladas de manganês do estado do Amapá, uma das maiores jazidas do mundo, em troca de 4 por cento ao Estado sobre as rendas de exportação (GALEANO, 2019, p. 183) -, Vargas, nas eleições de 1950, pelo PTB, retorna à presidência, desta vez por vias democrático-eleitorais, e recupera o programa de industrialização impulsionada pelo Estado e desenvolvimento capitalista nacional autônomo. Procura combater a evasão de divisas, no que falha. Desenha um projeto de soberania energética com o plano de criação da Eletrobrás, que sofre impedimento no Congresso. Nomeia Goulart para Ministro do Trabalho, em amplo contato com sindicatos e consegue instituir o monopólio sobre a extração e refino do petróleo nacional. Desenvolve relações comerciais com países socialistas, vendendo “[...] ferro para a Polônia e a Tchecoslováquia a preços mais altos do que aquele que era pago aos Estados Unidos” (GALEANO, 2019, p. 205), conseguindo, por conseguinte, com essas medidas e atitudes, melindrar “[...] interesses monopolísticos de poderosos cartéis, que investiram contra o governo para derrubá-lo, em aliança com a burguesia comercial” (BANDEIRA, 2010, p. 112), com a União Democrática Nacional (UDN) sendo o partido, à época, que mais expressamente agrupava as forças reacionárias e conservadoras da sociedade, que liderou nacionalmente a campanha anti-getulista que culminou no suicídio de Vargas, em agosto de 1954.

No ano seguinte foi eleito presidente Juscelino Kubitschek (1956-1961) na coligação com Goulart, eleito para vice, que, mantendo o programa de intensa industrialização e modernização do país - cujo pináculo foi a inauguração de Brasília, com o slogan *50 anos em*

¹⁶ Assim chamada a orientação da política externa tomada pelos EUA a partir de 1947 por conta de ter sido propagada pelo presidente Harry Truman (1945-1953), no contexto anticomunista da Guerra Fria.

5 do seu Plano de Metas -, soube ajustar e verter, a maior parte do mandato, o seu nacional-desenvolvimentismo, por ele propugnado, aos ditames dos órgãos financeiros controlados pelos EUA, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), que dele exigiu estabilização financeira, aí inclusos ajuste fiscal e contenção salarial, como condição para o empréstimo de créditos para financiamento da expansão industrial nacional.

Kubitschek, portanto, “[...] executou um programa de desenvolvimento [...] à custa de substanciais concessões aos capitais estrangeiros” (BANDEIRA, 2010, p. 113), e governou, assim, em pleno acordo com o contorno econômico da redivisão internacional do trabalho, cedendo às grandes corporações multinacionais estrangeiras, componentes-base desse novo reajuste capitalista mundial, também chamado de “processo de integração monopólica mundial” (DOS SANTOS, 2018, p. 64), os mais diversos tipos de benefícios e primazias para investirem livre e proficientemente no território.

A UDN, opositora desde 1945 e aliada às forças mais conservadoras do país, e que vinha tentando radicalizar a política à extrema-direita, e, para tanto, dar um golpe, desde o segundo governo Vargas, finalmente consegue chegar à presidência, com Jânio Quadros, nas eleições de 1960, reeleito porém João Goulart como vice, pelo PTB. Quadros fez um governo internamente demagógico e moralista, economicamente liberal¹⁷, fiel à doutrina do FMI, aprovando “[...] medidas econômicas, como a Instrução 204, que criava a taxa única do dólar, [que] beneficiavam os exportadores e investidores estrangeiros” (JANGO, 1984), enquanto, como forma de agradar parcela da esquerda, procurava-se manter, na condução da política externa, independente, juntando-se ao Movimento dos Países Não Alinhados, bloco que professava a soberania nacional dos países e o direito de autodeterminação dos povos.

Jânio, ainda assim, insatisfeito com a pressão trabalhista no Congresso, que lhe retirava a maioria de apoio parlamentar, tentou dar um golpe que pudesse conter os avanços dos trabalhadores, e que lhe desse maiores poderes executivos, ademais acumulando poderes legislativos, motivos que a CIA imediatamente deduziu, quando da renúncia de Quadros, em memorando à Casa Branca¹⁸. Com apenas sete meses de presidência, renunciou, na esperança que voltasse aclamado pelo povo, e, mais importante, garantido pela alta cúpula militar, que certamente desgostaria de ver o vice, João Goulart, que se encontrava em viagem oficial na China socialista de Mao Tsé-Tung, presidente. Esse protogolpe, no entanto, não vingou. A

¹⁷ Para descrição mais detalhada das práticas econômicas de Quadros, e seus efeitos, ver: <http://memorialdademocracia.com.br/card/janio-quadros-inicia-reforma-cambial>. Acesso em: 07/03/2023.

¹⁸ “Nós achamos provável que ele tenha renunciado na expectativa de forte manifestação de apoio popular, em resposta à qual ele retornaria à Presidência em melhor posição contra seus oponentes”. Documento disponível em: <https://www.jfklibrary.org/asset-viewer/archives/JFKPOF/112/JFKPOF-112-013>. 1961. p. 55 e 56. Acesso em: 07/03/2023.

Campanha da Legalidade, liderada pelo então governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, dividiu as Forças Armadas e mobilizou o povo em favor de Goulart.

Como consequência, o Congresso simplesmente reconheceu o presidente da Câmara, Ranieri Mazzilli, como presidente interino e, para barrar o veto dos ministros militares, que pediam o impedimento de Goulart, articulou-se a emenda que aprovou o parlamentarismo. Goulart toma, assim, posse com poderes limitados.

O governo de João Goulart (1961-1964), ou Jango, embora não pretendesse, nem remotamente, ruptura institucional ou estrutural, uma vez que de cunho e composição social-reformistas, portanto naturalmente conciliador, avançou cada vez mais à esquerda à medida que tinha que lidar com os anseios, as pressões e as reivindicações da classe trabalhadora, dos setores organizados do proletariado, de grevistas, dos sindicatos, dos grupos e entidades estudantis, dos partidos institucionais ou clandestinos mais à esquerda do governo, dos intelectuais e artistas, das alas nacionalistas das forças armadas, dos movimentos populares de base das cidades e dos campos, enfim, de todo o conjunto das forças que passou a exercer a classe trabalhadora, em geral, em virtude do seu amadurecimento ideológico, ou do processo de tomada de maior conscientização da necessidade de lutas que garantissem a si, enquanto classe, melhores e mais dignas condições de vida.

A agitação e fervor dos trabalhadores se refletia na constituição congressual, em que “entre 1958 e 1962 [...] a bancada trabalhista na Câmara Federal saltou de 66 deputados para 116” (BANDEIRA, 2010, p. 144). A Frente de Mobilização Popular (FMP), organização suprapartidária, pressionava o governo, Executivo e Congresso, a implementarem as reformas de base¹⁹, respaldadas pelo povo no plebiscito que restaurou, em janeiro de 1963, o presidencialismo e deu a Goulart poderes restaurados. Diante das movimentações dos trabalhadores e do governo, este, agora, em geral a eles favorável, as “burguesias dependentes”, insatisfeitas e temerosas com o rumo dos processos históricos sendo tomados, passam a estar dispostas “a uma intensificação das políticas de força”, de forma a “[...] substituir as formas populistas de controle do movimento popular (DOS SANTOS, 2018, p. 53).

Também assim passam a agir as burguesias imperialistas. Já quando da posse de Goulart, um memorando do DOS ao presidente Kennedy, sobre a atitude a ser tomada em relação ao novo governo brasileiro, revelava a visão dos EUA sobre Jango e advertia sobre

¹⁹ Eram elas, a reforma bancária, educacional, fiscal, eleitoral, urbana, e, a mais publicizada, a reforma agrária.

“[...] suas atitudes em relação ao comunismo”²⁰, embora concomitantemente dando a ele “[...] o benefício da dúvida, enquanto tentando encorajá-lo a acreditar que a cooperação com os EUA é para o benefício dele e do Brasil”²¹, sempre condicionando, claro está, seu apoio ao não abandono por parte do governo de Goulart de um “[...] programa econômico sob condições de estabilização financeira” e que “[...] apoie e cumpra os objetivos da Aliança para o Progresso”²². A Aliança para o Progresso, enquanto esforço cooperativo dos EUA para investir nos países do continente, visava conter o avanço do socialismo no hemisfério e promover o desenvolvimento da região, tinha como premissa a liderança hegemônica incontestável dos EUA e uma forma de desenvolvimento econômico que privilegiasse as estruturas de dependência latino-americanas.

E, de fato, o governo Goulart, seus aliados e sua base popular passaram cada vez mais a entrar em choque com os interesses dos EUA no Brasil. Já nos primeiros meses de governo, ainda em vigor o parlamentarismo, “[...] ao cancelar [...] todas as concessões de jazidas de ferro feitas ilegalmente à corporação norte-americana Hanna Co.” (BANDEIRA, 2010, p. 150), o governo acenava ao nacionalismo de esquerda. Leonel Brizola, governador do Rio Grande do Sul e parte da ala mais à esquerda do PTB, que já havia encampado, em 1959, uma subsidiária da Bond and Share, companhia elétrica dos EUA atuante no seu estado, desapropriou, em 1962, os bens de uma subsidiária da ITT, companhia estadunidense de telefonia e telegrafia.

A partir desses fatos, “[...] a tendência para a nacionalização dos serviços públicos acentuou-se”, e, assim, Goulart acabou regulamentando “[...] o Código Brasileiro de Telecomunicações, pelo qual nacionalizou os serviços de telefonia, telegrafia, radiodifusão e radioamador” (BANDEIRA, 2010, p. 157 e 239), incomodando interesses de empresas dos EUA, da burguesia imperialista, o que impelia o governo norte-americano a agir no sentido de derrocá-lo do poder. Assim, o poder imperialista central, os EUA, passaria a agir na ameaça de ver seus interesses fundamentais sendo desrespeitados.

Não apenas as empresas multinacionais, mas o empresariado brasileiro também se sentia incomodado e em desconforto com a crescente pressão que os sindicatos, cada vez mais organizados - chegou-se a formar o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), central sindical

²⁰ No original: “his attitudes toward Communism”. *Toward* também poderia ser traduzido por “em direção a”. Documento disponível em: <https://www.jfklibrary.org/asset-viewer/archives/JFKPOF/112/JFKPOF-112-013>. p. 74. Acesso em: 07/03/2023.

²¹ No original: “the benefit of the doubt, while trying to encourage him to believe cooperation with the United States is to his and Brazil’s advantage”. Idem. p. 75. Acesso em: 07/03/2023.

²² No original: “economic program under conditions of financial stabilization [...] support and carry out the objectives of the Alliance for Progress” Idem. p. 75. Acesso em: 07/03/2023.

unificadora -, conseguiram influir sobre a política trabalhista do governo Goulart e com as reivindicações que conquistavam, como reajustes salariais através de greves ou a lei do 13º salário, assinada por Jango em 1962, que lhe provocava queda na taxa de lucro.

Foi nesse mal-estar sentido pelo empresariado nacional que os EUA, que discordavam mais e mais da linha de ação tomada pelo governo brasileiro - sendo a lei de remessas de lucros²³ um de seus embates mais duros - encontraram aliados para conspirarem contra o governo de Jango. Através de duas instituições, o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD)²⁴ e o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), a CIA e empresas estrangeiras e nacionais, afetados seus interesses pelas medidas de Goulart, financiaram campanhas políticas, propagandas golpistas, ações, conspirações e operações encobertas de difamação, descrédito e desestabilização do governo Jango, essenciais na preparação da desestabilização nacional e fomentação ao golpe.

Ao IPES, “[...] a Light and Power, entre dezembro de 1961 e agosto de 1963, concorreu mensalmente para a sua caixa com a quantia de Cr\$ 200 mil” (BANDEIRA, 2010, p. 176), que se utilizava do dinheiro no financiamento de ações de publicidade anti-Jango. No caso de recursos que se destinavam ao patrocínio de campanhas eleitorais, o IBAD

recebeu contribuições de companhias estrangeiras [...], entre as quais a Texaco, Shell, Ciba, Cross, Schering, Enila, Bayer, General Electric, IBM, Coca-Cola, Standard Brands, Sousa Cruz, Remington Rand, Belgo Mineira, AEG e Coty, na maioria norte-americanas (BANDEIRA, 2010, p. 182).

A própria CIA, em consonância com os objetivos propagados pela Aliança para o Progresso, “através do IBAD, [...] gastara US\$ 20 milhões nas eleições parlamentares de 1962” (BANDEIRA, 2010, p. 181)²⁵, sustentando a força política da UDN e fortalecendo a bancada conservadora e de extrema-direita, impedindo, assim, a formação de maioria pelo PTB no Congresso, conseqüentemente atingindo seus interesses “[...] de dominar o governo e

²³ Esta lei, buscando conter a evasão de divisas e a fuga de capitais, limitava o envio do lucro das empresas multinacionais estrangeiras atuantes no país, entrando ainda, no cálculo, seus reinvestimentos posteriores. Atacava, assim, a taxa de lucro das empresas multinacionais estadunidenses, hostilizando o centro capitalista, batendo de frente com a lógica de funcionamento do capitalismo dependente, que não admitia posições sociais-democratas, a que Jango se aproximava mais e mais, nas periferias.

²⁴ Fundada em 1959, já nas eleições de 1960 esta entidade, com dinheiro estrangeiro, patrocinou campanhas de candidatos de extrema-direita.

²⁵ Eleições que os EUA acompanhavam de perto e em que previam que “elementos esquerdistas e nacionalistas provavelmente terão importantes ganhos”, como demonstra um memorando da CIA à Casa Branca, disponível em: <https://www.jfklibrary.org/asset-viewer/archives/JFKPOF/112/JFKPOF-112-014>. 1962, p. 8. Acesso em: 07/03/2023.

reduzir significativamente o poder e influência de Goulart”²⁶, uma vez que “[...] o deslocamento à esquerda de ambos o Gabinete [Ministerial] (cuja qualidade é notoriamente baixa) e das táticas eleitorais do PTB de Goulart”²⁷ preocupava os EUA.

Não apenas as classes dominantes ligadas à burguesia industrial se inquietavam com o que a CIA chamou de “[...] aumento significativo no sentimento nacionalista e de esquerda no Brasil”²⁸, e seus efeitos práticos, i. e., a mobilização popular. Também as oligarquias rurais e os latifundiários temiam a radicalização que os trabalhadores do campo, se organizando, demonstraram atingir, por meio de ocupações de terras e desapropriações. Organizados de maneira particularmente forte em Pernambuco, cujo governador eleito em 1962, Miguel Arraes, era favorável às massas do campo, através das chamadas Ligas Camponesas, a busca de reivindicações no trabalho e pela reforma agrária tomou força e tração. Exemplo e resultados concretos dessa mobilização rural foram “[...] a formação de sindicatos rurais, cujo número saltou de 300, em julho de 1963, para cerca de 1.500, em março de 1964” (BANDEIRA, 2010, p. 238) e a aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural²⁹.

Diante disso, a CIA, que monitorava as movimentações do PCB, notou que ele havia “[...] ganho crédito por ações políticas efetivas, particularmente no Nordeste brasileiro”³⁰ e decidiu agir, na estratégia da contrarrevolução, de maneira a impedir o avanço da mobilização popular rural e sufocar o potencial revolucionário da região. Para isso, montou-se uma vasta operação composta de ações encobertas com intuito de sabotagem e espionagem, na qual milhares de militares a serviço da CIA, “[...] instruídos e treinados em táticas e técnicas militares e paramilitares” chegaram ao país, focando suas ações no Nordeste, a partir do final dos anos 1950 e ao longo do governo do Goulart, “[...] com a tarefa de combater movimentos de esquerda e reprimir intentos de insurreição” (BANDEIRA, 2010, p. 266 e 268), notadamente a atuação das Ligas Camponesas e o governo de Miguel Arraes.

Ainda desagradava o fato de o governo Jango aprofundar a política externa independente, fortalecendo o contato com os povos do Terceiro Mundo, se abstendo da votação a favor da expulsão de Cuba da Organização dos Estados Americanos (OEA), rechaçando sua invasão pelos EUA e reatando relações com a União Soviética, portanto

²⁶ No original: “of dominating the government and significantly reducing Goulart’s power and influence” Idem. 1962, p. 9.

²⁷ No original: “a leftward displacement of both the Cabinet (whose quality is markedly low) and the election tactics of Goulart’s PTB” Idem. 1962, p. 33.

²⁸ No original: “significant growth in leftist and nationalist sentiment in Brazil” Idem. 1962, p. 9.

²⁹ Para detalhes da lei aprovada e dos direitos com ela conquistados, ver:

<http://memorialdademocracia.com.br/card/campones-ganha-protacao-de-estatuto>. Acesso em: 07/03/2023.

³⁰ Documento disponível em: <https://www.jfklibrary.org/asset-viewer/archives/JFKPOF/112/JFKPOF-112-014>. 1962, p. 11. Acesso em: 07/03/2023.

negando-se a alinhar-se ideologicamente, de forma automática, às normas preditas e definidas pela política dos EUA ao continente e ao hemisfério.

Diante de todos esses fatos é possível notar como dos finais da década de 1950 e, especialmente, começo da de 1960, com a subida de Jango à presidência, as lutas sociais, espelhando as de classes, se aguçaram em um ritmo muito acelerado no Brasil, o que, por um lado, teve como resultado e efeitos a radicalização das organizações de esquerda e das mobilizações populares, o que refletiu em um governo o mais aparentado e próximo delas o possível, dentro dos limites dados pela democracia representativa e liberal. Tais fatos, de um outro lado, fizeram atizar os ânimos e causar desconforto ao empresariado, aos latifundiários, às burguesias dependentes, bem como às imperialistas, que, sentindo-se ameaçadas com os avanços que a classe trabalhadora, dentro do próprio sistema democrático-burguês dependente, demonstrava alcançar, agiram no sentido de preservar seus interesses econômicos mais imediatos, por meio do financiamento de ações políticas, sociais e militares que visavam, e efetivamente atingiram, a desestabilização e eventual queda do governo de Jango.

O próprio embaixador dos EUA no Brasil à época, Lincoln Gordon, recebeu do secretário de Estado Assistente para os Assuntos Interamericanos dos EUA ordem para que se “[...] ativasse a distribuição das verbas da Aliança para o Progresso entre governadores hostis a Goulart, como [Carlos] Lacerda, na Guanabara, Adhemar de Barros, em São Paulo, e Magalhães Pinto, em Minas Gerais” (BANDEIRA, 2010, p. 281), com o claro objetivo de fortalecer a oposição estadual frente ao governo federal e frente aos governos estaduais favoráveis a Jango, como Brizola, no Rio Grande do Sul, João Seixas Dória, em Sergipe e Miguel Arraes, em Pernambuco.

Sob a pressão das esquerdas, dos trabalhistas, dos nacionalistas, do PTB, do PCB, da FMP, da União Nacional dos Estudantes (UNE), da CGT, das Ligas Camponesas, de Brizola, de Miguel Arraes, da ala progressista da Igreja, dos trabalhadores urbanos e rurais, com grande respaldo, apoio e pressão da maioria da população³¹, o governo Jango caminhava, ainda que aquém do passo das organizações populares, a caminho da realização das reformas de base. Pelo seu caráter conciliatório e social-democrata, reformista, não pôde ou quis radicalizar-se junto à população. Não pôde, enfim, evitar o golpe que lhe era iminente.

Desagradando os interesses das burguesias nacionais e das oligarquias rurais, e também das burguesias imperialistas, que enxergavam com pânico suas medidas mais moderadas, como a aprovação da incipiente e limitadíssima reforma agrária, que desapropriou

³¹ Como demonstram o famoso Comício da Central de 13 de março de 1964 e pesquisas de popularidade do governo imediatamente pré-golpe.

terras às margens das rodovias federais. Temiam que se rompessem as estruturas e os vínculos seculares de dependência que moldavam a sociedade brasileira. Por isso foi que quando de uma conversa entre o embaixador Gordon e o presidente Kennedy à respeito do Brasil, aquele declarou que “[...] uma de nossas mais importantes tarefas é fortalecer a espinha dorsal dos militares”, com o confesso objetivo de “[...] deixar claro, discretamente, que não somos necessariamente hostis a qualquer tipo de ação militar que seja, se estiver claro que a razão para a ação militar seja...”, ao que Kennedy completa “contra a esquerda”. Gordon continua, “ele está entregando o danado do país para os...”, e Kennedy mais uma vez, “comunistas”³².

Nesse contexto anticomunista foi que, ao tomarem contato das conspirações golpistas que os generais e altos oficiais militares, convencidos que estavam do suposto comunismo de Goulart, planejavam contra o governo, e instigados por, principalmente, Lincoln Gordon, o embaixador, e Vernon Walters, adido militar da embaixada, os EUA lhes decidiram dar o seu total auxílio, sua conivência, sua garantia de sucesso no golpe que se aproximava.

“A conspiração [...] já estava adiantada”, inclusive “o próprio ministro da Guerra de Jango, general Amaury Kruehl, integrava o grupo de militares que articulavam os planos para o golpe de Estado” (JANGO, 1984), além de outros militares do alto escalão, como o marechal Odylio Denys, o almirante Sílvio Heck, general Olímpio Mourão Filho, general Carlos Luís Guedes, e general Humberto Castelo Branco, chefe do Estado-Maior do Exército, que viria a ser o primeiro dos ditadores militares, quando do golpe.

Os generais ainda mais se aguçaram pelo golpe, vista a quebra de hierarquia que lhes representou a Revolta dos Marinheiros, em 26 março de 1964, oportunamente liderada e instigada por José Anselmo dos Santos, ou Cabo Anselmo, “agente do serviço secreto, provocador, trabalhando para a CIA” (BANDEIRA, 2010, p. 320). E os EUA auxiliaram até o momento decisivo, quando foi desfechado e consumado o golpe, em 1º de abril de 1964, garantindo, através da Operação Brother Sam³³, o seu sucesso em caso de guerra civil ou rebelião de governadores e militares legalistas ou resistência popular, que não houve.

Diante da perspectiva de mudanças, por mínimas, limitadas e reformistas que fossem, no regime de dependência imposto pelo imperialismo no caso brasileiro, as forças internas

³² No original: Gordon - “[...] one of our most important jobs is to strengthen the spine of the military. To make it clear, discreetly, that we are not necessarily hostile to any kind of military action whatsoever if it’s clear that the reason for the military action is...” Kennedy - “Against the Left”. Gordon - “He’s giving the damn country away to the...” Kennedy - “Communists”. Documento disponível em: <https://nsarchive2.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB465/>. 1962. Acesso em: 09/03/2023.

³³ Constituiu-se de uma força-tarefa que mobilizou uma enorme frota naval e aérea, entre navios, porta-aviões, destróieres, petroleiros, porta-helicópteros, caças, encouraçados e embarcações militares estadunidenses, que se deslocavam à costa brasileira, preparados na necessidade de intervenção militar e ajuda aos golpistas. Quando verificou-se a desnecessidade, abortou-se a operação. Para documentos comprobatórios concernentes à operação, ver: <https://nsarchive2.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB118/>. Acesso em: 09/03/2023.

ligadas às burguesias dependentes e estas em coligação e conluio com as forças ligadas às burguesias imperialistas, se viram ameaçadas por uma contingência de participação popular na condução da política, com uma conseqüente queda na taxa de lucro de ambas as burguesias, nacionais e estrangeiras, que conspiraram para a quebra da legalidade, por meio de um golpe de Estado, que instalasse um estado de exceção, em que fosse possível levar a cabo políticas econômicas que lhes favorecessem. Veremos no último capítulo os resultados efetivos, em favor do imperialismo, da implementação desse regime de exceção no Brasil.

2.2 O caso do Chile

O golpe de Estado de 11 de setembro de 1973, no Chile, marcou com brutal violência a destituição e a derrocada do presidente Salvador Allende. As forças que para o golpe conspiraram, no entanto, e seu nível de radicalização, inaudito entre os outros países do Cone Sul, não podem ser explicados sem o devido contexto histórico.

O governo que no Chile correspondeu, no seu âmago, à emergência e consolidação da burguesia industrial ao poder político foi o de Arturo Alessandri (1920-1925 e 1932-1938), responsável por uma modernização do Estado chileno e um relativo enfrentamento com as oligarquias agrárias. Foi nesse período, fim dos anos 1920 e começo dos anos 1930, que começam o trabalhismo e o socialismo a se fazerem influentes entre setores cada vez mais vastos da classe trabalhadora organizada que já vinha de longa tradição de lutas, em especial no setor mineiro, por meio de seus tradicionais sindicatos.

A expressão concreta da força política que o socialismo vinha adquirindo em certas camadas da sociedade chilena se demonstra em 1932, quando chega-se a executar uma intentona que instaura, fugazmente, por 12 dias apenas, a chamada República Socialista do Chile, primeira do seu estilo nas Américas³⁴. Liderada por um grupo de oficiais militares rebeldes e profissionais liberais de incipiente ideologia socialista, entre os quais Marmaduke Groke e Óskar Schnake, no ano seguinte seus líderes viriam a fundar, juntos ao próprio Allende, o Partido Socialista (PS), o segundo dos partidos do Chile propriamente proletários - o primeiro havia sido o Partido Comunista do Chile (PCCh), fundado em 1922 -, com forte assentamento eleitoral e de apoio na classe trabalhadora e de operários chilenos.

Ao longo das décadas seguintes, estes dois partidos, o PS e o PCCh, encabeçaram, enquanto forças políticas e partidárias, diversas e numerosas coalizões e frentes amplas,

³⁴ Difícil não fazer paralelos entre a República Socialista do Chile (1932) e o Levante Comunista de 1935, de quatro dias de duração, no Brasil, durante o governo Vargas. Evidencia-se, na suposta coincidência, a simultaneidade da incipiência do entendimento do socialismo entre setores militares específicos, nas primeiras décadas do século XX, na América Latina.

populares, democráticas e nacionais, com o dito objetivo de oferecerem um projeto político verdadeiramente voltado às massas nacionais, em meio a sucessivos governos de aliança e conciliação burguesas, o que veio apenas, com o tempo, a recrudescer e se intensificar após o período do fim da Segunda Guerra, ou seja, quando a configuração mundial do capitalismo liderada pelos EUA exigia, na América Latina, governos a eles aliados, em outras palavras, deles dependentes, a nível econômico, militar e ideológico.

Durante a persistência de governos reacionários, conservadores e liberais, que se alternavam ou frequentemente se entrelaçavam, o PS e o PCCh, ganhando madurez e consolidando e expandindo seu apoio entre as classes trabalhadoras da cidade e do campo, mantendo contato com centrais sindicais, penetrando em importantes associações estudantis e de base, ao mesmo tempo que adotando a práxis do marxismo-leninismo, e portanto assumindo para si mesmos o papel de vanguarda do proletariado chileno, executaram a tática das coalizões e frentes amplas. A Frente Popular, ainda na década de 1930, constitui um exemplo inicial. A seguinte, a Aliança Democrática do Chile, ganha as eleições de 1942, no entanto com o candidato do Partido Radical à cabeça, cuja política de esquerda, se e quando havia, era de cunho social-liberal, reformista e bastante amenizada no seu projeto de governo.

O macartismo anti-comunista da Guerra Fria, impulsionado pelos EUA, não demora a chegar ao Chile e o PCCh, em 1948, acaba perseguido e tornado ilegal³⁵. Mesmo na ilegalidade, continua suas táticas de coalizão com o PS e outros partidos e forças de esquerda. A Frente Nacional do Povo, que integrava, apoiou a candidatura à presidência, em 1952, de Allende, que já havia sido deputado, ministro da Saúde e exercia mandato de senador, no qual continuaria, sendo até eleito presidente do Senado até 1970. A Frente de Ação Popular, novamente pleiteando Allende ao cargo presidencial em 1958 e 1964, falha³⁶ e nestes dois pleitos são eleitos, respectivamente, Jorge Alessandri e Eduardo Frei.

Enquanto Alessandri (1958-1964) fez um governo conservador, o governo de Eduardo Frei (1964-1970), eleito pelo Partido Democrata Cristão, não rompendo ou questionando os pressupostos da dependência no seu país, levou a cabo políticas reformistas, ainda que de maneira limitada, e em pleno acordo com os desígnios dos EUA, que, inclusive, “[...] financiaram mais da metade da campanha presidencial [...]” que lhe levou ao poder, almejando, assim, que o governo democrata-cristão impedisse “a ascensão de Allende à

³⁵ Como o foi o PCB, no Brasil, em 1946.

³⁶ Allende salta, não obstante, nestas três eleições, em um período de apenas 12 anos, de 5.45% dos votos, em 1952, para 28.85%, em 1958, e 38.93%, em 1964, comprovando a sua crescente popularidade, que preocupava os EUA, em desagrado com um nomeado e confesso socialista e marxista tendo tanto sucesso eleitoral.

Presidência” e colocasse “[...] um ponto final no caminho da esquerda rumo ao socialismo” (WINN, 2010, p. 53-54).

Em um memorando do NSC, de junho de 1970, três meses antes das eleições, já se recomenda “[...] a expansão de programas de ação política existentes [...]”, com a finalidade de “reduzir a crescente ameaça de uma vitória presidencial do socialista Salvador Allende”³⁷. Apesar, entretanto, do desprazer de ambos, os EUA e a burguesia dependente chilena, Allende finalmente conquista a presidência, nas eleições de setembro de 1970, inserido em uma coalizão de esquerda, a Unidade Popular (UP), formada pelo seu partido, o PS, o PCCh, o Movimento de Ação Popular Unitário, frações progressistas do Partido Radical, sociais-democratas e cristãos de esquerda, além do amplo apoio popular, i. e., sindical, estudantil, artístico, intelectual, operário e camponês.

A UP e Allende chegam ao poder em 1970 com um claro e objetivo programa político de executar uma transição pacífica - ou seja, sem revolução, sem rupturas violentas -, ao socialismo, a célebre via chilena ao socialismo que empolgava ao mesmo tempo que fazia recear a esquerda latino-americana pela originalidade e ousadia de não se acanhar em propor fazer a transição do capitalismo ao socialismo sem rupturas violentas, por meio da própria institucionalidade burguesa, de forma gradual e lenta, cambiando o caráter de classe do Estado, fazendo a passagem do poder político da burguesia ao povo e extinguindo o latifúndio.

A abertura da frecha histórica para um apoio popular massivo de confrontação ao imperialismo foi devida, em grande parte, ao fracasso dos governos reformistas em proverem uma sólida e consistente melhora de vida à população, como também ao crescimento dos movimento operário e camponeses, ou seja, à organização e tarimba vigorosas da classe trabalhadora chilena, que se expressam, por exemplo, no fato de estarem, “em 1970, 35% dos trabalhadores industriais e 20% da força de trabalho chilenos [...] sindicalizados” (WINN, 2010, p. 58). Com tão explícitas e categóricas contestação e confrontação diretas ao imperialismo, ao capitalismo e à dependência, as ações dos EUA, mesmo antes de Allende ser ratificado presidente pelo Congresso e tomar posse, se deram no sentido de já conspirar sobre como derrubá-lo do poder. Apenas 11 dias após a eleição, em uma reunião com o diretor da CIA à época, Richard Helms, o presidente Richard Nixon (1969-1974) ordenou

³⁷ No original: “[...] an expansion of existing political action programs [...] to reduce the increased threat of a presidential victory by Socialist Salvador Allende [...]” Documento disponível em: https://www.nixonlibrary.gov/sites/default/files/virtuallibrary/releases/dec10/dec10/dec10_06.pdf. 1970, p. 1. Acesso em: 15/03/2023.

explicitamente que a CIA fomentasse um golpe de Estado no Chile³⁸. O golpe, que já havia sendo discutido e analisado como possibilidade há meses, como o comprovam diversos outros documentos de órgãos e agências do governo norte-americano³⁹, recebera, clara e indubitavelmente, um sinal verde.

Em um relatório, produzido dois dias depois, a CIA reconhecia, confirmava e punha em marcha a ordem, dada do presidente ao diretor da agência, “[...] de tentar prevenir a subida do marxista Salvador Allende à presidência chilena em 3 de novembro”⁴⁰, dia marcado à posse. Dos dias seguintes à sua sagração nas urnas, portanto, em 4 de setembro, até o dia de sua posse, em 3 de novembro, para impedi-la, o plano, desenvolvido pela CIA,

buscou criar uma situação objetiva e subjetiva de crise econômica: através da sabotagem à produção, ameaça de um colapso econômico iminente e restrição do crédito externo. No plano político, buscou-se um clima de agitação e desordem para justificar uma intervenção armada [...]. Ao mesmo tempo, desencadeou-se uma pressão constante sobre as Forças Armadas, para forçá-las à intervenção (ALTAMIRANO, 1979, p. 123).

Para tanto, foi imprescindível, como no caso do Brasil, do emprego de “[...] agentes da CIA [...] insertos individualmente no Chile”, em busca de estabelecimento de “[...] contato com intermediários chilenos ou chefes”, referindo-se aos militares, “interessados em promover um golpe militar”⁴¹. Chegou-se, uma semana antes da posse, a assassinar René Schneider, comandante-em-chefe do Exército, general legalista, que concretamente impedia ações mais efetivas no que concerne ao andamento do golpe⁴².

A imediatez que fica provada de ter tomado o imperialismo para impedir a ascensão de Allende à presidência revela a preocupação com o programa político e econômico de governo que a UP defendia e que pretendia implantar, isto é, indo em sentido contrário às forças que procuravam manter consolidada e intocada a dependência do Chile. Malogradas as tentativas

³⁸ Nota escrita à mão por Richard Helms, em que se relata, na reunião, as ordens de Nixon, para, entre outras coisas, “salvar o Chile”, “fazer a economia gritar”, “autorizar orçamento de \$10 milhões” e “desenvolver um plano em 48 horas”. Documento disponível em: <https://nsarchive.gwu.edu/document/23592-cia-notes-meeting-president-chile-15-25-sept-15-70-september-15-1-970>. 1970. Acesso em: 15/03/2023.

³⁹ Disponíveis em: <https://nsarchive.gwu.edu/briefing-book/chile/2020-09-15/extreme-option-overthrow-allende>. Acesso em: 15/03/2023.

⁴⁰ No original: “[...] to try to prevent Marxist Salvador Allende’s ascent to the Chilean presidency on 3 November”. Documento disponível em: <https://nsarchive2.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB8/docs/doc01.pdf>. 1970, p. 1. Acesso em: 15/03/2023.

⁴¹ No original: “[...] CIA officers [...] inserted individually into Chile [...] contact with Chilean intermediaries or principals interested in promoting a military coup”. Idem, p. 3. Acesso em: 15/03/2023.

⁴² Sobre o papel da CIA no assassinato de Schneider, ver: <https://nsarchive.gwu.edu/briefing-book/chile/2020-10-22/cia-chile-anatomy-assassination>. Acesso em: 15/03/2023.

iniciais de golpe, e com Allende empossado, a chilenização das minas, como se dizia, ou seja, a nacionalização das minas de cobre, desapropriando as jazidas que pertenciam às empresas estadunidenses Anaconda Copper Mining Co. e Kennecott Copper Co., que, “em meio século, [...] remeteram do Chile para suas matrizes quatro bilhões de dólares”, enquanto haviam investido “um total que não passava de 800 milhões, quase tudo proveniente de lucros arrancados ao país” (GALEANO, 2019, p. 194), chocou com a política imperialista dos EUA e seus interesses econômicos no país.

É nesse sentido que, durante os três anos seguintes do governo da UP, os EUA, como enfatizou um memorando do NSC sobre a política a ser adotada no que se refere ao Chile, “[...] procuraram maximizar pressões sobre o governo Allende para prevenir sua consolidação e limitar sua habilidade de implementar políticas contrárias aos interesses do hemisfério e dos EUA”⁴³. Além das minas de cobre, Allende estatizara as minas de carvão, desapropriara a mina de ferro da Bethlehem Steel e também as minas de nitrato de propriedade norte-americana sem compensação ou indenização previstas.

O programa da UP incluía igualmente a nacionalização dos bancos, com o que “[...] um ano após a posse de Allende, [...] seu governo controlava 90% do setor bancário do país” (WINN, 2010, p. 81), nacional e estrangeiro, usado em benefício da redistribuição de renda, “[...] através das políticas de preços, pagamentos e salários, medidas tributárias e melhorias sociais”, que garantisse “[...] a satisfação das necessidades fundamentais da população (ALTAMIRANO, 1979, p. 45). Após atacar firmemente a burguesia financeira, o governo da UP aprofundou a reforma agrária iniciada durante o governo Frei e, efetivamente, chegou a extinguir o latifúndio.

Em dezoito meses de governo, se havia “[...] expropriado mais de três mil fazendas”, realizando o que foi “[...] a reforma agrária mais rápida e devastadora sem uma revolução violenta de toda a história” (WINN, 2010, p. 99-100). Também as grandes burguesias industrial e comercial foram atacadas em seus interesses pela revolução vinda de baixo, isto é, das massas populares organizadas que promoviam ocupações de fábricas e indústrias, instituíam conselhos de trabalhadores e exigiam que as grandes empresas fossem nacionalizadas e socializadas entre os operários e funcionários, quanto pela revolução de cima, isto é, o governo da UP, que atendia às reivindicações e clamores populares, como quando da tomada da maior fábrica de algodão do Chile por seus trabalhadores, que exigiam a

⁴³ No original: “[...] seek to maximize pressures on the Allende government to prevent its consolidation and limit its ability to implement policies contrary to U.S. and hemisphere interests”. Documento disponível em: <https://nsarchive2.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB8/docs/doc09.pdf>. 1970, p. 1. Acesso em: 15/03/2023.

sua expropriação. Com tal ataque massivo ao monopólio e ao grande empresariado, “[...] em meados de 1973, mais de quinhentas empresas estavam nas mãos de seus trabalhadores” (WINN, 2010, p. 105), o que havia causado a transferência de boa parte da produção nacional de riqueza do capital para o trabalho.

Pela primeira vez na história, o povo chileno estava a passos largos caminhando para se tornar o dono soberano e efetivo do poder e dos destinos do seu país. O aprofundamento da democracia popular, direta e participativa e dos mecanismos criados para que o povo exercesse o poder que lhe era devido, “[...] através das associações de bairros, comitês camponeses, juntas de abastecimento, comandos comunais e cordões industriais” (ALTAMIRANO, 1979, p. 50), radicalizou suas visões políticas, sua vivência e suas ideias.

A burguesia dependente chilena, temerosa de ser extinta enquanto classe, e a burguesia imperialista dos EUA, descontente com o rumo vertiginosamente socialista que a política no Chile tomava, então, se uniram para derrubar o governo de Allende, a quem a CIA considerava “[...] um dos poucos marxistas latino-americanos que sabem usar o sistema democrático contra si mesmo”⁴⁴. De fato, também preocupava aos EUA que a tomada do poder, legal e institucionalmente, por socialistas, inspirasse movimentos afins em todo o mundo, no que consideravam uma subversão do sistema democrático-eleitoral.

O golpe contrarrevolucionário, assim, foi sendo articulado e fomentado, em especial por Henry Kissinger, Conselheiro de Segurança Nacional dos EUA, e Edward Korry, embaixador estadunidense do Chile, em conjunto com a CIA. Para além dos suportes ideológico, militar e financeiro às forças anti-Allende, e do chamado embargo invisível, envolvendo instituições financeiras e de crédito internacionais, cujos empréstimos e financiamento foram cortados, foi montada “[...] uma operação velada [...] destinada a ‘desestabilizar a democracia no Chile’ e uma operação secreta com os militares chilenos para [...] conduzi-los à realização de uma intervenção política” (WINN, 2010, p. 156). A somar-se à greve dos patrões de outubro de 1972, que se mobilizaram para aprofundar a instabilidade econômica do país e promover as condições sociais para o golpe, o alto escalão das Forças Armadas, muitos dos quais treinados na Escola das Américas, profundamente instruídos na ideologia anticomunista, já estava convencido da necessidade da quebra constitucional.

O caminho para o golpe efetivamente abriu-se, com a renúncia forçada do último general que estorvava a sua consumação, Carlos Prats, ministro da Defesa e

⁴⁴ No original: “[...] one of the few Latin American Marxists who knows how to use a democratic system against itself”. Documento disponível em: <https://www.cia.gov/readingroom/document/0005496321>. 1972, p. 2. Acesso em: 16/03/2023.

comandante-em-chefe do Exército chileno, substituído neste cargo pelo general Augusto Pinochet. O general lideraria o processo contrarrevolucionário nas Forças Armadas que culminou no dia 11 de setembro de 1973 com o golpe de Estado que bombardeou o Palácio presidencial La Moneda e causou o assassinio de Salvador Allende, presidente constitucional e democraticamente eleito do Chile. A junta militar, que tomou para si o poder, composta por César Mendoza, dos Carabineros, por Gustavo Leigh, da Força Aérea, por José Toribio Merino, da Marinha e por Augusto Pinochet, do Exército, foi elogiada, no dia seguinte ao golpe, 12 de setembro, pelos EUA. A CIA, em resumo diário ao presidente Nixon, sobre os acontecimentos recentes e seus condutores afirmou: “São todos líderes respeitáveis e experientes”⁴⁵. Experientes porque, aos EUA, como veremos, sua conduta econômica não antagonizaria às suas expectativas, respeitáveis porque convergiram politicamente aonde desejavam que convergissem. Dessa forma se haviam produzido os golpes no Brasil e no Chile. Seus subprodutos foram impetuosos fuzis militares, que sangraram, do solo nacional, o povo e, com direção certa, a riqueza que sobre e sob esse solo repousava.

⁴⁵ No original: “They are all respected and experienced leaders”. Documento disponível em: <https://nsarchive.gwu.edu/document/28803-document-03-cia-presidents-daily-brief-top-secret-briefing-paper>. 1973, p. 4. Acesso em: 16/03/2023.

3 OS FUZIS

3.1 A ditadura brasileira

O regime de exceção iniciado com o golpe de 1964 pôs no poder um governo favorável às diretrizes políticas e econômicas dos EUA. Com eles alinhada, política e ideologicamente, a ditadura empresarial-militar brasileira durou 21 anos, de 1964 a 1985. À frente da presidência o primeiro dos ditadores militares, o general Humberto Castelo Branco (1964-1967), já como primeiras medidas revogou a lei de remessas de lucros, assinada por Jango e, “anulando o decreto de desapropriação de terras improdutivas, tranquilizou os grandes proprietários rurais” (JANGO, 1984). Com os ministros da Fazenda e do Planejamento, Otávio Gouveia de Bulhões (1964-1967) e Roberto Campos (1964-1967), respectivamente, a política econômica da fase inicial da ditadura seguiu à risca os desígnios do FMI, que então a apoiou por meio de empréstimos e financiamentos⁴⁶.

Entre as decisões econômicas do governo que favoreceram os interesses diretos do imperialismo no Brasil estiveram as políticas e leis de austeridade fiscal e compressão dos salários, facilitadas pelo esmagamento do movimento sindical e estudantil, que culminou no banimento da CGT e da UNE, ainda em 1964, e garantidas pela política de força exercida pelo governo, cujos Atos Institucionais (AI) primeiro, segundo, terceiro e quarto, baixados no governo Castelo Branco, permitiram a cassação indiscriminada de mandatos, a proibição das greves, a suspensão indiscriminada dos direitos políticos de qualquer cidadão suspeito de subversão à ordem (AI-1), extinção dos partidos políticos, decretação de estado de sítio e de crimes políticos (AI-2), instituição de eleições indiretas para governador (AI-3), promulgação de nova constituição, com amplos poderes ao executivo (AI-4), entre outras medidas que indicavam uma escala autoritária cada vez maior.

A reversão das medidas do governo Jango que favoreciam os trabalhadores, e não menos a desmobilização e crescente repressão da organização destes, se deu em tanto maior medida à qual foi prosseguindo e aumentando a repressão sobre o movimento popular como um todo, repressão esta entendida como necessária “para garantir uma política de ampliação da taxa de lucro” (DOS SANTOS, 2018, p. 53) da burguesia dependente, e da imperialista, que se via ameaçada nos seus interesses imediatos.

⁴⁶ Lincoln Gordon, embaixador dos EUA, estava presente nas negociações do FMI com o governo. Para mais informações sobre as medidas tomadas, ver: <http://memorialdademocracia.com.br/card/bulhoes-e-campos-a-dupla-do-arrocho>. Acesso em: 23/03/2023.

E, de fato, a política conduzida pela ditadura veio a favorecer, de maneira particularmente ajustada e bem adaptada, à posição que era do Brasil esperada enquanto país capitalista dependente e periférico, no que concerne ao reajuste específico da divisão internacional do trabalho àquele tempo histórico particular. Sendo assim, o que se viu foi um aumento substancial e inaudito da penetração de capitais estrangeiros, em especial norte-americanos, na economia brasileira, em todos os seus níveis, visando e promovendo as vertiginosas monopolização, concentração e centralização de capitais e do latifúndio.

Inicialmente, beneficiaram-se as grandes companhias de exploração de matérias-primas e minérios, como a Hanna Co., cujas concessões ilegais de exploração do ferro, canceladas em 1961, novamente a ela voltaram, assinadas em decreto por Castelo Branco, em dezembro de 1964, “que lhe dava [...] a segurança para explorar em paz as jazidas do Paraopeba, como também garantia os planos da empresa de ampliar um porto próprio [...] e de construir uma ferrovia destinada ao transporte do ferro” (GALEANO, 2019, p. 208).

O caminho de radicalização rumo a uma política de caráter abertamente fascista, que a ditadura tomou com a subida à presidência do general Artur da Costa e Silva (1967-1969), da ala da linha dura do militares, expressou-se no campo político na promulgação do AI-5⁴⁷, e no campo econômico com o recrudescimento da linha econômica de submissão e dependência aos EUA e de intensificação da concentração de capitais, agora levada a cabo por Antônio Delfim Netto, novo ministro da Fazenda (1967-1974).

O objetivo, com isso, era “[...] o de modelar a economia brasileira de acordo com os interesses do capital financeiro” e “ajustá-la às necessidades de acumulação das corporações internacionais”. No setor bancário, isso se traduziu na redução, em território brasileiro, do número de matrizes de bancos comerciais, “que caiu de 328 em 1964 [...] para 280 em 1968”, ao ponto de que, “[...] em janeiro de 1974, só restavam 117 bancos comerciais” (BANDEIRA, 1979, p. 84 e 85), das quais um número crescente era de acionistas majoritários estrangeiros. Nos setores industriais e comerciais da economia, este mesmo processo se torna evidente quando se analisa o fenômeno conhecido como desnacionalização, em que, da mesma forma que no setor bancário, uma quantidade cada vez maior de indústrias e empresas comerciais passam para o controle de capitais estrangeiros (BANDEIRA, 1979; GALEANO, 2019).

⁴⁷ O AI-5, sinalizando e efetivando a investida e avanço da repressão fascista, fechou o Congresso, institucionalizou a censura intelectual, artística e jornalística, suspendeu o *habeas corpus* e delegou ao Poder Executivo funções legislativas.

Isso se intensifica com a ação beneficente e incentivadora do governo da ditadura, por meio de diversos subsídios, financiamentos públicos, “[...] baixíssimos preços da força de trabalho, isenções fiscais, extrema liberalidade em matéria de lucro e de suas transferências para o exterior” e estímulos ao investimento estrangeiro, garantidos, sempre, através “[...] de rigoroso controle político, a fim de assegurar estabilidade e segurança” (BANDEIRA, 1979, p. 107), às empresas multinacionais envolvidas, que financiavam a desnacionalização de capitais brasileiros e a descapitalização da economia nacional através da formação de cartéis, trustes e monopólios.

Como resultado,

o capital estrangeiro, em 1968, controlava 40 por cento do mercado de capitais do Brasil, 62 por cento de seu comércio exterior, 82 por cento do transporte marítimo, 67 por cento dos transportes aéreos externos, 100 por cento da produção de veículos a motor, 100 por cento da produção de pneus, mais de 80 por cento da indústria farmacêutica, cerca de 50 por cento da química, 59 por cento da produção de máquinas, 62 por cento das fábricas de autopeças, 48 por cento do alumínio e 90 por cento do cimento. A metade do capital estrangeiro correspondia a empresas dos Estados Unidos, seguidas por ordem de importância por empresas alemãs (GALEANO, 2019, p. 288).

O novo caráter da dependência do capitalismo brasileiro, afinal, com a ditadura empresarial-militar, se realiza firme e plenamente, no sentido da “integração, cada vez mais articulada, dos interesses das empresas estrangeiras aos interesses das classes dominantes locais” (BAMBIRRA, 2019, p. 126). E, como condição para garantir a continuidade e a perpetuação dessa desejada integração, as classes dominantes só viam como possível a escalada da repressão político-militar. Sentindo-se ameaçadas, elas tanto quanto os militares, por pululantes passeatas estudantis, movimentações guerrilheiras e de luta armada, greves de trabalhadores, protestos de intelectuais e artistas, como a Passeata dos Cem Mil, em 1968, o governo endureceu a sua linha política, adotando um conteúdo nitidamente fascista, com o general Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), terceiro ditador militar a chegar à presidência, consolidando o período mais grave da ditadura, que ficou conhecido como os anos de chumbo.

Para tanto, instituições e órgãos ligadas às forças armadas, como o Serviço Nacional de Informações (SNI), o Centro de Inteligência do Exército (CIE) e o Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), serviram de instrumentos e aparatos estatais-militares de repressão, promovendo contra estudantes, trabalhadores, operários, camponeses, artistas, intelectuais, jornalistas, padres, militantes de esquerda, entre outros tantos setores de oposição à ditadura, sistemática repressão política e

social, institucionalizando o terrorismo de Estado, o que incluía perseguições, prisões, torturas e assassinatos. Tais fatos põem em evidência e confirmam a tese de que “as burguesias dependentes estão dispostas [...] a reprimir, [...], as classes que lhes são antagônicas” (BAMBIRRA, 2019, p. 151), no intuito de preservar a sua própria dependência.

Durante o governo Médici, o Brasil, e sua junta militar, tomou para si um papel como protagonista e defensor maior, no sentido da liderança, do projeto de defesa do sistema intercontinental anti-comunista montado pelos EUA como projeto econômico e político para o hemisfério. Exerceu essa liderança se valendo dos aparatos estatais montados com essa finalidade e com forte uso da violência institucional militar-policial.

Também fundamental se apontar o uso da máquina nacional de inteligência, o SNI, idealizado pelo general Golbery do Couto e Silva, militar notável pela propagação da DSN, e primeiro chefe diretor do órgão. A base de dados inicial do SNI se compunha por extensa e intensa quantidade de fichários, documentos e informações colhidas pessoalmente por Golbery quando do seu tempo de trabalho no IPES, instituto fomentador do golpe financiado em partes pela CIA. À medida que se alargava o banco de dados e ação de espionagem do SNI, e também à medida em que iam brotando novos golpes e ditaduras empresariais-militares pelo Cone Sul, a junta militar brasileira intensificava seus contatos com as agências de inteligências desses outros países a fim de coordenar suas ações mais eficazmente e fortalecer seus vínculos e a troca de informações sobre exilados políticos, asilados, lideranças políticas e guerrilheiros, em um esforço conjunto - que antes do golpe já existia atenuadamente, dispersamente, uma vez que unidos pela ideologia anticomunista de segurança nacional - para a repressão e eliminação de focos indesejados de oposição às ditaduras.

O general Golbery viria a ser, quando da sua saída do SNI, presidente da filial brasileira da Dow Chemical, multinacional de produtos químicos. Também o general Juraci Magalhães “[...] saiu das Relações Exteriores para a presidência da Ericsson do Brasil” e “[...] o cel. Hygino Corsetti passou [...] das Comunicações para a diretoria da filial da Nippon Electric Corporation” (BANDEIRA, 1979, p. 200), evidenciando a que ponto havia chegado a corrupção e a infiltração das multinacionais e do capital estrangeiro na estrutura institucional do Estado brasileiro.

Vimos, assim, como a partir do golpe de 1964, o governo brasileiro ditatorial instalado no poder executou, nos planos econômico, político e social, medidas e políticas que visaram o favorecimento da monopolização, centralização e concentração de capitais e da economia brasileira, entregando-a às burguesias imperialistas, que sustentavam externamente o apoio ao

regime militar, e do qual devido ao seus esforços passaram a aumentar exponencialmente suas taxas de lucro. Tal arranjo político

[...] não poderia subsistir sem que todo o aparelho de Estado funcionasse a serviço das corporações internacionais, não apenas a provisão dos investimentos de infraestrutura, necessários à sua expansão, mas, também, a repressão militar-policia, a fim de abafar [...] e suprimir qualquer demonstração de descontentamento ou iniciativa de resistência nacional (BANDEIRA, 1979, p. 202).

Dessa forma foi que se mobilizaram, nas forças armadas, seus braços repressivos mais impiedosos e seus serviços de inteligência, que, promovendo uma crescente e cada vez mais radicalizada política fascista de controle, contenção e repressão à organização e movimentação populares, governou nos interesses esperados da burguesia dependente, brasileira, e da burguesia imperialista, eminentemente estadunidense. Os fuzis dos militares brasileiros, portanto, sangraram o próprio povo, para dele levarem para fora a riqueza que produzia.

3.2 A ditadura chilena

A ditadura chilena, que se iniciou com o golpe de Estado de 11 de setembro de 1973, depondo Allende e pondo Pinochet no poder, é particularmente representativa dos processos históricos e experiências concretas do capitalismo dependente latino-americano da época devido à sua radicalização intrínseca, cuja ausência, em qualquer outro país do Cone Sul, de formas e conteúdos políticos tão extremados, é indicativa dos limites capazes e possíveis a que é passível de chegarem as ações da burguesia dependente nacional e do imperialismo.

De fato, é possível, em parte, explicar a própria brutalidade que o processo do golpe em si tomou, logo de início - bombardeio do palácio presidencial, assassinato dos líderes políticos envolvidos diretamente na construção da via chilena -, pelo grau de radicalização, notável e explicitamente socialista, anticapitalista e antiimperialista, que o processo da revolução chilena, iniciado em 1970, figurava às classes que eram antagônicas ao desenrolar dos acontecimentos.

Posta em posição de perder materialmente sua hegemonia enquanto classe dentro do sistema econômico-político estabelecido, a burguesia chilena, e posto também em perigo de ver ameaçadas as estruturas de dependência que lhe garantiam lucro, o imperialismo estadunidense, assim, em conluio e conjuntamente, apelaram, ao longo do governo da UP, mas especialmente a partir de 1973, e até o seu fim da ditadura, em 1990, “para meios de repressão de uma capacidade destrutiva equivalente ao grau da ameaça que sente abater-se”

(GARCÉS, 1993, p. 16) sobre essas classes. Dessa forma se explicam o grau de radicalização que a ditadura empresarial-militar rapidamente tomou e o caminho indubitavelmente fascista pelo qual o caráter de sua política enveredou desde o início⁴⁸.

Enquanto um processo contrarrevolucionário de clara conotação fascista - e vistas as necessidades impostas pela burguesia nacional e pelo imperialismo de sufocar e reprimir o processo revolucionário socialista, desmontar a construção operada sob o signo do poder popular e desmobilizar e desencorajar qualquer resistência à ditadura -, o governo de Pinochet (1973-1990) veio a funcionar, como tem se repetido, como um laboratório de experimentos do neoliberalismo, isto é, um regime economicamente orientado à satisfação das mais intensas vontades do imperialismo e do capitalismo dependente à época.

Comandado por Pinochet, o novo regime chileno, sob as insígnias do neoliberalismo, apregoado pelos economicistas da Escola de Chicago - posteriormente aplicado nos centros capitalistas, mais celebrenmente nas administrações de Ronald Reagan (1981-1989), nos EUA, e de Margaret Thatcher (1979-1990), na Inglaterra -, se caracterizou pelas fórmulas da quase nula intervenção do Estado na economia, livre e irrestrita liberdade de mercado, corte generalizado nos investimentos públicos, privatizações massivas, em suma, “[...] a expressão extrema”, como Theotônio define o próprio fascismo⁴⁹, “da ordem liberal capitalista”, isto é, “um regime totalitário do grande capital [...]” (DOS SANTOS, 2018, p. 89 e 90).

Para a execução do projeto neoliberal para o Chile, inicialmente se reverteram as medidas e reformas básicas e estruturais realizadas no governo Allende. Inicialmente foram privatizadas as fábricas que estavam em mãos dos seus trabalhadores, passando-se, depois, a uma segunda fase, que “privatizou estatais de períodos anteriores, incluindo serviços públicos, como energia elétrica e telefonia” (WINN, 2010, p. 190), além de ter sido revertida a reforma agrária, consequentemente restabelecendo o latifúndio no campo.

O país, ainda, passou por “uma dramática desindustrialização e [...] uma profunda recessão com alto nível de desemprego e inflação alta”, na esteira da “privatização de seguridade social e do atendimento médico, e também por uma crescente privatização da educação” (WINN, 2010, p. 187). No plano político, para cimentar a repressão e impedir a contestação ao regime, logo ao dia seguinte ao golpe fechou-se o Congresso e baniram-se os

⁴⁸ Como vimos, no caso do Brasil a alternativa pelo fascismo apenas se manifestou a partir de Costa e Silva, se consolidando com Médici, em 1969, cinco anos após o golpe. Inexistiram, igualmente, nos outros processos de instauração de ditaduras empresariais-militares (Argentina, Bolívia, Paraguai e Uruguai) tão escancarado conflito entre “regimes de força de [...] conteúdo fascista e movimentos populares revolucionários [...] orientados ao socialismo” (DOS SANTOS, 2018, p. 79), como Theotônio coloca em seu livro sobre o dilema latino-americano fundamental do capitalismo dependente no século XX, isto é, o dilema entre a via socialista e uma outra fascista.

⁴⁹ Não à toa o rumo de imediato tomado politicamente no Chile não foi outro senão este.

partidos de esquerda. Além disso, o receituário costumeiro das ditaduras empresariais-militares, assim como no Brasil, foi aplicado, ou seja, fechamento das centrais sindicais, proibição de greves, censura e perseguição generalizada às mobilizações populares e às artes, mídias, ciências e educação.

Nos marcos do capitalismo dependente chileno, o regime de Pinochet seguiu tenazmente às tendências que dele se esperavam que seguissem, não apenas a de regenerar o antigo esquema da dependência nacional adaptado às expectativas do imperialismo, como evidentemente, também, a adoção das políticas de benefícios a ele, isto é, o fortalecimento dos incentivos à monopolização, concentração e centralização de capitais, especialmente estrangeiros, e, dentre estes, especialmente estadunidenses.

Enquanto se revertia a política de Allende de meio litro de leite por criança por dia e se decretavam por lei os ordenados, cujo “corte de 50% nos salários reais” fez reduzir o poder de compra dos trabalhadores drasticamente, os “empreendimentos do Estado” eram vendidos “abaixo de seu valor de mercado” à burguesia nacional, que depois os “[...] revenderam para corporações estrangeiras” (WINN, 2010, p. 187 e 192). Assim foi que, por exemplo, “a Firestone comprou a fábrica nacional de pneus; Parson e Whittemore, uma grande fábrica de polpa de papel” (GALEANO, 2019, p. 353). A economia nacional chilena havia seguido o caminho tradicional predeterminado dos golpes empresariais-militares.

Assim sendo, da penetração massiva estrangeiras de capitais estrangeiros, da centralização crescente destes e de seu domínio sobre cada vez maiores setores da economia, enfim, da submissão aos interesses estratégicos e de mercado das multinacionais, das forças imperialistas, do capitalismo central, investidas na persecução, aliadas à burguesia nacional, na manutenção do sistema de dependência ameaçado pelo governo da UP. Ao fazer isso, os fuzis chilenos, não divergindo suas balas da rota percorrida pelas balas dos fuzis brasileiros, sangraram vorazmente o povo de seu país, e a riqueza nacional, o valioso butim, rumo a terras outras, forçosamente se evadiu.

3.3 Fascismo, a margem possível

O período, dentro do ciclo de ditaduras do Cone Sul, que representou e concretamente realizou a efetivação de políticas características do fascismo mais exacerbado e expansivo, no sentido da sua amplitude e intensidade, foi o que corresponde ao quinquênio de 1970-1975. A repressão política e social se coaduna, enquanto pressuposto e necessidade, com a crescente repressão econômica, exercida duplamente, em um esforço conjunto, pelas burguesias dependentes nacionais e pelo imperialismo. Para garantir a aplicação mais implacável e

peremptória das políticas de favorecimento aos interesses do grande capital monopolista, à centralização e concentração inauditas de capitais, à concentração de terra e de renda, enfim, à manutenção da dependência latino-americana, as forças políticas se voltam ao fascismo enquanto opção possível e desejável.

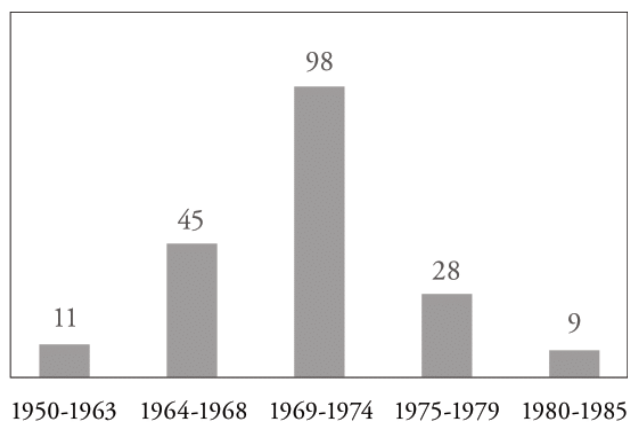
No Brasil, tal opção foi levada a cabo mais fiel e integralmente pelo governo Médici, que, permanecendo no poder até 1974, representou e foi como que líder e ponta de lança do fascismo sul-americano no quinquênio citado. Apenas Pinochet e o regime chileno, gradualmente de setembro de 1973 em diante, viria a despojá-lo como protagonista, na região, do projeto fascista, anti-comunista e neoliberal, de dependência político-econômica, e aliado do imperialismo.

O projeto do ciclo das ditaduras empresariais-militares, assim, para ser executado, necessitou de um amplo e profundo terrorismo de Estado, institucionalizado, perpetrado pelos agentes de segurança e pelas forças armadas dos países em que os regimes de exceção foram estabelecidos. Nos casos sobre os quais nos debruçamos, Brasil e Chile, os números da repressão realçam o custo humano do projeto econômico.

No Brasil, segundo dados apurados pela CNV, ainda assim bastante limitados calculou-se, dentro da dissidência das próprias forças armadas, “um total de 6.591 militares perseguidos” (BRASIL, 2014, v. 2, p. 13). Não foram infrequentes a utilização de métodos, por parte dos militares, de perseguição e repressão que incluíam, para além da prisão indiscriminada e arbitrária, muitas vezes em massa, a “tortura, morte, desaparecimento forçado e ocultação de cadáver” (BRASIL, 2014, v. 3, p. 278) constituíram lugares-comum da ação dos agentes públicos de segurança e força. “A prisão de mais de 700 estudantes no Congresso da UNE” e até mesmo o estabelecimento de um “estádio de futebol [...], situado no município de Niterói [...], que “[...] serviu de ‘campo de concentração’ para diversos presos políticos” e onde, oficialmente, “[...] mais de 300 pessoas [...] teriam ficado detidas (BRASIL, 2014, v. 3, p. 283 e 309) constituem exemplos cabais desse processo.

No gráfico abaixo é possível conferir os números, dentre os conhecidos e reconhecidos oficialmente, no que tange à repressão resultante em morte ao longo dos 21 anos de ditadura.

CASOS DE MORTOS POR PERÍODO DE REPRESSÃO



Fonte: Quadro geral da CNV sobre mortos e desaparecidos políticos.

Percebe-se a acentuada notável de mortes e execuções perpetradas pelos militares no período de recrudescência do fascismo no continente, que no Brasil correspondeu, como foi dito, ao período de Médici à presidência. Das 180 execuções identificadas durante o regime militar, 98 delas (54,44%), ocorreram no seu governo.

No Chile, a violência fascista manifestou-se implacável e brutalmente sobre a população. Ao todo, nas câmaras de tortura e campos de concentração da ditadura chilena,

pelo menos 3.178 pessoas foram executadas ou desapareceram [...], e pelo menos 28 mil foram torturadas, embora os números de presos e interrogados provavelmente tenham excedido os cem mil, e quase todos esses prisioneiros tenham sofrido algum tipo de tortura (WINN, 2010, p. 183).

Também o uso de esquadrões da morte, tal qual ficou conhecida a campanha de terror de Pinochet apelidada de Caravana da Morte, semeou, por todo o país, assassinatos públicos e em massa, direcionados à classe trabalhadora, em especial nas favelas e periferias urbanas e áreas rurais mais empobrecidas.

No intuito da colaboração generalizada e eficaz das operações clandestinas de eliminação física de opositores e troca de informações e de dados sobre atividades consideradas subversivas aos regimes de exceção. À medida em que se iam assomando ao poder, no Cone Sul, as forças militares em cada país - isto é, quando da ocorrência de novos golpes de Estado perpetrados em nome da burguesia dependente com apoio do imperialismo, os militares, seus órgãos, organismos e agências de inteligência e segurança, mutuamente prestavam-se auxílio.

Não fortuitamente, a ditadura, instalada no Paraguai em 1954, do general Alfredo Stroessner logo reconheceu a legitimidade da ditadura brasileira, e com ela trabalhou em conjunto no fortalecimento das ações anticomunistas. Depois do Brasil, em 1964, vieram-se juntando os outros países à rede de solidariedade mútua dos militares fascistas sul-americanos: o governo da Bolívia, com o general Hugo Banzer, à frente da presidência, que tomara o poder com um golpe de Estado em 1971 contra o militar nacionalista Juan José Torres; o governo do Uruguai, em junho de 1973, em que o presidente constitucionalmente eleito, Juan María Bordaberry dera um autogolpe, para evitar o que se daria, previsivelmente, dos militares, e começara a governar associadamente à junta militar do país; o governo do Chile, em setembro de 1973, cujo golpe e processo histórico nesse trabalho viemos a conhecer mais a fundo; finalmente, em 1976, um golpe de Estado na Argentina, derrubando a presidenta María Estela Martínez de Perón, colocaria uma junta militar, composta pelo alto escalão das forças armadas argentinas, e que se revezaram no comando presidencial até o fim da ditadura.

Em novembro de 1975, auge da repressão fascista no continente - momento em que 5 dos 6 países do Cone Sul viviam regimes ditatoriais -, a aliança regional entre as ditaduras, seus comandantes militares e seus organismos de repressão e inteligência, que viria a ser conhecida como Condor, foi formalizada, em bloco coeso, em um encontro promovido pelo governo Pinochet, e organizado pelo recém-criada órgão de inteligência, serviço secreto e espionagem do Chile, a Direção de Inteligência Nacional (DINA), comandada pelo general Manuel Contreras. Os termos para a criação de um banco de dados unificado ficaram acertados neste encontro, além de acertado que

os Serviços de Inteligência trocariam informações, permitindo que cada um acompanhasse o paradeiro e os movimentos dos alvos inimigos presentes em outro país. Um dos países ou ambos se encarregariam de vigiar e capturar o subversivo; todos os países interessados participariam do interrogatório. Os relatórios baseados no interrogatório seriam partilhados, e caso solicitado, o esquerdista apreendido seria transportado ao seu país natal para novos interrogatórios e eventual execução (DINGES, 2005, p. 36).

O governo dos EUA não apenas sabia, como teve papel ativo e direto tanto na formulação da operacionalização da cooperação quanto no financiamento e ajuda financeira e militar ao projeto e ações das agências de segurança e inteligência dos países sul-americanos.

Apesar de “[...] a inteligência militar dos Estados Unidos [tê-la chamado] de ‘Gestapo Chilena’” (WINN, 2010, p. 186), referindo-se a DINA, em entrevista, o próprio Manuel Contreras, chefe da agência, revelou ter tido “um encontro com Vernon Walters [vice-diretor

da CIA]⁵⁰, [...] que prometeu nos ajudar [...], e ele nos enviou oito agentes de alto nível da CIA para organizar cursos e seminários aqui no Chile [...]”. Também a CIA, ficou comprovado, “forneceu à DINA os sistemas de computador e o treinamento que [...] eram utilizados no banco de dados do Condor” (DINGES, 2005, p. 112 e 186). Tamanho esforço coadunado entre as agências de inteligência, que agiam segundo os desígnios das forças imperialistas estadunidenses, e dos órgãos de repressão militares dos governos ditatoriais latino-americanos, que exerciam sua repressão em nome das burguesias dependentes e das imperialistas, chegaram a tal nível de cooperação nacional, regional e transnacional não casualmente.

Evidenciava-se o avanço vertiginoso, no quinquênio de 1970-1975, do projeto iniciado individualmente no momento dos respectivos golpes de Estado nacionais, mas que, em análise conjunta, vistos em grupo, revelavam “[...] a recomposição drástica da sociedade, à base de uma acumulação de capital intensiva e da superexploração do proletariado” (ALTAMIRANO, 1979, p. 146), como ao longo do trabalho foi possível demonstrar.

Tal projeto é que leva a se tornar razoável que o secretário de Estado dos EUA, Henry Kissinger, já bem informado o governo dos EUA sobre as violações de direitos humanos no Chile, tenha dito a Pinochet em conversa privada de 1976: “É uma honra. [...] Como sabe, simpatizamos com o que você está tentando fazer no seu país. [...] Desejamos sucesso ao seu governo. [...] Seu maior pecado foi ter derrubado um governo que se tornava comunista”. Pinochet, ao final da conversa, bem compreendendo o papel subordinado e dependente da ditadura chilena frente ao imperialismo dos EUA, rematou: “Nós o seguimos. Você é o líder” (DINGES, 2005, p. 239-241).

Evidente fica que a escolha, pelas classes dominantes e imperialistas, pela via fascista não foi fortuita ou impensada. Na trilha da “superação definitiva dos fatores responsáveis pelo crescimento do movimento popular”, os quais ameaçavam “a sobrevivência do regime econômico-social”, (DOS SANTOS, 2018, p. 84), de dependência estrutural, foi a via vista como admissível e passível de aplicação.

Assim foi que não se prescindiram, como foi possível ver, nos projetos políticos das ditaduras empresariais-militares latino-americanas, dos expedientes ordinários do fascismo histórico, quais sejam: censura aos meios culturais e de comunicação, vigência de um estado policial de exceção, suspensão das liberdades políticas, individuais e coletivas, aparato burocrático-militar voltado à garantir a segurança interna contra a subversão, cassação de

⁵⁰ Que, à época do golpe de 1964, como citado no capítulo 3.1, ainda enquanto adido militar da embaixada dos EUA no Brasil, conspirou à derrubada de Jango.

mandatos políticos, extinção de partidos políticos, banimento de entidades estudantis, proibição de sindicatos e atividades organizativas da classe trabalhadora, controle rígido sobre instituições científicas, de ensino e de educação, perseguição às classes intelectual, política e artística de esquerda, repressão militar-policial violenta a mobilizações populares, prisões arbitrárias e em massa, tortura sistemática, assassinatos sumários e execuções em massa, massacres perpetrados por esquadrões da morte anticomunistas e grupos paramilitares fascistas, estabelecimento de câmaras de tortura e campos de concentração, genocídio de povos marginalizados, enfim, todo o arcabouço tradicional da “repressão política e repressão militar, como condições da repressão econômica” (BAMBIRRA, 2019, p. 208). Em nome da pilhagem manifestamente exercida, os fuzis dos militares sul-americanos - argentinos, bolivianos, brasileiros, chilenos, paraguaios ou uruguaios -, deixavam por sobre o chão uma região e seu povo devastados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do presente trabalho, foi possível levar a cabo uma análise do ciclo das ditaduras empresariais-militares do Cone Sul a partir do estudo de caso das experiências brasileira e chilena.

Para tanto, inicialmente, partindo dos pressupostos teóricos e conceitos estabelecidos de imperialismo e dependência, realizar um panorama geral da formação histórico-estrutural da América Latina, da época das invasões europeias às independências políticas formais, ao mesmo tempo que desenvolvendo e aprofundando o debate sobre as questões da dependência e do desenvolvimento/subdesenvolvimento dos países latino-americanos e do imperialismo norte-americano, do seu introito às suas manifestações mais contemporâneas.

Tal esforço inicial se provou imprescindível na medida em que serviu, de um lado, a expor a consolidação das antigas estruturas da dependência latino-americana, que acabou por condenar a América Latina à posição de periferia no sistema-mundo capitalista, e as inclinações imperialistas dos EUA, fatores sem os quais se torna impossível compreender o caráter da dependência latino-americana no que tange ao ciclo das ditaduras sul-americanas das décadas de 1960, 1970 e 1980.

Partiu-se daí, então, bem definido o paradigma epistemológico e fundamentado o contexto histórico pertinente ao estudo, aos estudos de caso propriamente ditos. A análise feita neste capítulo se inicia com a discussão e amostra concernentes às condições sociais e políticas precedentes aos golpes de Estado em estudo. A escolha pelos processos do Brasil, por sua posição como que de vanguarda em relação às tendências políticas da região, e do Chile, pela radicalização das forças postas em combate, se mostrou justificada e acertada.

Prosseguindo, a discussão levantada sobre as características próprias do capitalismo dependente latino-americano nos ajudam a definir, no panorama da nova divisão internacional do trabalho, o lugar que as economias nacionais dos países trabalhados, Brasil e Chile, nas décadas primeiras da segunda metade do século XX, passam a ocupar.

Também se tornam especialmente relevantes e de suma valia os documentos desclassificados de agências governamentais dos EUA, para melhor entender o papel e a força do imperialismo na preparação, fomento, financiamento, suporte e ajuda, nas mais amplas frentes, dos golpes de Estado brasileiro e chileno, além de evidenciar como as movimentações do imperialismo se coadunaram às forças das burguesias nacionais na busca de criar condições, internamente, que tornassem possível a consumação dos golpes que poriam abaixo os governos constitucionalmente estabelecidos de Jango e Allende. Ao longo do capítulo é

possível perceber como se tornam explícitos os interesses político-econômicos de ambos os conspirantes envolvidos - as burguesias dependentes e as imperialistas - uma vez que se sentem, duplamente, afetados economicamente pelas políticas adotadas pelos governos que viriam a derrubar, e pela iminência da radicalização da força das classes antagônicas, isto é, o crescimento dos movimentos populares.

Porquanto consumados os golpes, com eles foram instalados, no Brasil e Chile, regimes de exceção que se utilizavam do expediente de políticas de força para imporem suas decisões sobre a vida social da nação. Neste capítulo, podemos analisar e sopesar concretamente os benefícios e favorecimentos dos quais gozaram as burguesias dependentes e o imperialismo com o estabelecimento das ditaduras empresariais-militares.

A adjetivação aqui selecionada - empresarial-militar - se mostra especialmente impreterível e notavelmente bem selecionada. As vantagens de que fruiu o imperialismo, notadamente o estadunidense, com a penetração massiva de capitais, superexploração do trabalho, a planejada desnacionalização da economia nacional, a tendência acentuada à monopolização, concentração e centralização de capitais, como também as vantagens de que desfrutaram as burguesias dependentes, ao afastarem o perigo da crescente e contestante mobilização popular, tendo restaurados seu predomínio e hegemonia nos campos político e econômico, expõem o esforço contido nos golpes de fortalecer, no caso do Brasil, e de recuperar, no caso do Chile, a hegemonia do campo empresarial capitalista. Os militares, assim, se encarregariam, à frente dos governos impostos, de levar a cabo a execução das políticas de contenção popular, i. e., adotariam uma política de cunho progressivamente fascista, caso do Brasil, ou, de início, aberta e escancaradamente fascista, caso do Chile.

Nesse sentido é que, no capítulo final, é possível fazermos um balanço das experiências do facismo nas ditaduras brasileira e chilena e o custo, social e humano, em que elas acarretaram. Assim que se torna, finalmente, concebível inferir o nexo de ligação existente entre o imperialismo, mancomunado às burguesias dependentes, e os processos de instauração das ditaduras brasileira e chilena e o fascismo a elas indispensável.

Portanto, é possível chegarmos à conclusão, a partir da análise concreta das experiências brasileira e chilena, - estendendo os resultados encontrados no estudo presente às experiências das demais ditaduras do Cone Sul, i. e., Argentina, Bolívia, Paraguai e Uruguai - que o ciclo de ditaduras empresariais-militares significou, inequivocamente, um aprofundamento material das relações históricas de dependência, e de suas estruturas, dos países do Cone Sul.

Tal aprofundamento foi visto como possível e necessário. O aguçamento das lutas de classes provocado pelas tensões e contradições do capitalismo dependente latino-americano se foi cada vez mais exprimindo e se tornando evidente, processo cujo caso do Chile é particularmente expressivo e representativo. O aprofundamento das estruturas de dependência, assim, foi exigido por parte do imperialismo estadunidense e das burguesias dependentes locais, que dele, por meio da implantação sistemática e planejada de estados de exceção iniciados por golpes de Estado, se beneficiaram.

Vistas as limitações intrínsecas à forma e especialmente ao tamanho do presente trabalho, não seria infrutífero um que, no futuro, agrupando o estudo e análise das experiências das ditaduras empresariais-militares restantes do ciclo evidenciado, pudesse vir a contribuir com a adição das ações específicas do imperialismo e das burguesias dependentes nos países restantes do Cone Sul, Argentina, Bolívia, Paraguai e Uruguai, que abundam tanto quanto as que aqui foram demonstradas.

Não se descartaria, ademais, a ideia de realizar um estudo que, comparativamente, pusesse lado a lado os processos do nosso ciclo de ditaduras empresariais-militares com outros processos e ciclos históricos de implantação de ditaduras na América Latina e no mundo, conjuntamente partícipes do mesmo projeto histórico imperialista mundial de expansão do capitalismo, a exemplo daquele ocorrido na América Central e Caribe do final da primeira metade e começo da segunda do século XX, que incluiu as ditaduras de Rafael Leónidas Trujillo (1930-1960) na República Dominicana, de Maximiliano Hernández Martínez (1931-1944) em El Salvador, de Anastasio Somoza García (1937-1947) na Nicarágua, de Tiburcio Carías Andino (1939-1949) em Honduras, de Marcos Pérez Jiménez (1952-1958) na Venezuela, de Fulgencio Batista (1952-1959) em Cuba, de François Duvalier (1957-1971) no Haiti e da extensa junta militar (1954-1986) na Guatemala.

Também as ditaduras militares do sudeste asiático, comandadas por Chiang Kai-shek (1947-1987) em Taiwan, por Ferdinand Marcos (1965-1986) nas Filipinas, por Suharto (1967-1998) na Indonésia, por Kriangsak Chamanan (1977-1980) na Tailândia, por Chun Doo-hwan (1979-1988) na Coreia do Sul, ainda a República Khmer (1970-1975) no Camboja e a própria experiência do Vietnã do Sul (1955-1975), além das manifestações do facismo na Europa mediterrânea, o Portugal salazarista (1932-1974), a Espanha franquista (1939-1975) e a Grécia comandada pela junta dos coronéis (1967-1974), e, por que não, a Itália fascista (1922-1945) e a Alemanha nazista (1933-1945), o estudo comparado de todas essas manifestações históricas do fascismo não nos deixaria de ser valioso.

Valioso na medida em que a investigação ampliada dessas experiências, e suas inerentes relações imbricadas entre imperialismo, fascismo e capitalismo nos revelaria, possivelmente, entendimentos melhores sobre o funcionamento e continuidade do projeto histórico a longo prazo do capitalismo, e suas manifestações centrais e dependentes no Terceiro Mundo, na Europa e nos EUA. O que, por conseguinte, na busca de perscrutar as convergências e divergências fenomenológicas inerentes aos diferentes imperialismos, capitalismo e fascismos internacionais, nos colocaria em melhor e mais acurada posição teórica para compreendermos a natureza do próprio sistema em que vivemos, tal qual ele se nos apresenta. Uma semelhante posição nos garantiria, decerto, uma firmeza indispensável se quiséssemos nos propor a qualquer resolução de dilemas em um continente que, como o nosso, permanece irresoluto.

Referências

- AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção**. tradução de Iraci D. Poleti. - São Paulo: Boitempo, 2004.
- ALTAMIRANO, Carlos. **Dialética de uma derrota: Chile 1970/1973**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979.
- AMIN, Samir. **Somente os povos fazem sua própria história**. Tradução de Dafne Melo. São Paulo: Expressão Popular, 2020.
- BAMBIRRA, Vânia. **O capitalismo dependente latino-americano**. 4. ed. rev. Florianópolis: Insular, 2019.
- BANDEIRA, Moniz. **Cartéis e Desnacionalização (A Experiência Brasileira: 1964-1974)**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- BANDEIRA, Moniz. **De Martí a Fidel: A Revolução Cubana e a América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- BANDEIRA, Moniz. **O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil, 1961-1964**. 8. ed. rev. e ampliada. - São Paulo: Editora UNESP, 2010.
- BETHELL, Leslie (org.). **História da América Latina: América Latina Colonial, volume I**. - 2. ed. 4. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2018.
- BORÓN, Atilio. **América Latina en la geopolítica del imperialismo**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Luxemburg, 2020.
- BOSCH, Juan. **De Cristóbal Colón a Fidel Castro: el Caribe, frontera imperial**. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2007.
- BRASIL. **Comissão Nacional da Verdade. Relatório / Comissão Nacional da Verdade**. Brasília: CNV, 2014.
- CUEVA, Agustín. **El desarrollo del capitalismo en América Latina**. Ciudad de México: Siglo Veintiuno Editores, 2004.
- DINGES, John. **Os Anos do Condor: uma década de terrorismo internacional no Cone Sul**. Tradução de Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- DOS SANTOS, Theotônio. **A Teoria da Dependência: balanço e perspectivas**. 1998. Disponível em: [■ 1998_A_teorias_da_dependencia-Balancos_e_perspectivas-livro_compl...](#)
- DOS SANTOS, Theotônio. **Imperialismo y dependencia**. Caracas: Fundación Biblioteca Ayacucho, 2011.
- DOS SANTOS, Theotônio. **Socialismo ou fascismo**. Florianópolis: Insular, 2018.

- FURTADO, Celso. **A economia latino-americana: formação histórica e problemas contemporâneos**. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- GALEANO, Eduardo H. **As Veias Abertas da América Latina**. Tradução de Sergio Faraco. Porto Alegre, RS: L&PM, 2019.
- GARCÉS, Joan E. **Allende e as Armas da Política**. São Paulo, SP: Scritta Editorial, 1993.
- JANGO. Direção: Silvio Tendler. Produção: Hélio Paulo Ferraz; Denise Goulart. Roteiro: Maurício Dias e Silvio Tendler. Produção e distribuição: Caliban Filmes. [S. l.: s. n.], 1984. Disponível em: [▶ FILME | Jango - Como, quando e por que se derruba um presidente, 1984](#). Acesso em: 06/03/2023.
- LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação do capital**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.
- O'GORMAN, Edmundo. **A invenção da América: reflexão a respeito da estrutura histórica do Novo Mundo e do sentido do seu devir**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.
- QUIJANO, Aníbal. **Cuestiones y horizontes: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Lima: Universidad Mayor de San Marcos, 2020.
- SCHORER, M. T. **Notas para o estudo das relações dos banqueiros alemães com o empreendimento colonial dos países ibéricos na América no século XVI**. Revista de História, [S. l.], v. 15, n. 32, p. 275-356, 1957.
- WALLERSTEIN, Immanuel. **Capitalismo Histórico e Civilização Capitalista**. Tradução Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.
- WINN, Peter. **A Revolução Chilena**. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora UNESP, 2010.